



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS BACHARELADO EM  
HUMANIDADES

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

FELIZBERTO ALBERTO MANGO

**Cooperação Brasil-África durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-  
2010): Solidariedade e/ou interesses?**

REDEÇÃO – CE

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS BACHARELADO EM  
HUMANIDADES**

**FELIZBERTO ALBERTO MANGO**

**Cooperação Brasil-África durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-  
2010): Solidariedade e/ou interesses?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo.

REDENÇÃO – CE, Aprovado em 23 de fevereiro de 2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**  
**Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)**  
**Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL**  
**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

M176c Mango, Felizberto Alberto.

Cooperação Brasil - África durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva. / Felizberto Alberto Mango. – Redenção, 2016.

85 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.  
Inclui Figuras e Referências.

1. Brasil – Relações – África. 2. Cooperação Brasil – África I. Título.

CDD 327.81

---

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo (Orientador) Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. Ricardino Teixeira, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

Prof. Dr. José Weynes Freitas de Sousa Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

---

REDENÇÃO – CE

2016

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai Alberto Mango (*in memoriam*), à minha mãe Quinta Nancassa, aos meus irmãos Namir Mango, Deonaldo Mango, Aldair Mango, às minhas irmãs Judaica Quade, Paniza Mango, Edna Quade, Gabriela Quade, Deonesa Mango e Valeriana Quade e por fim dedico à minha princesinha Rubinela Bruna Sanhá Mango e à minha namorada Satumata Sanhá, pelas contribuições à minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que nada pode ser feito ou conseguido sozinho sem ajuda de outras pessoas, por isso para chegar até aqui tive ajuda e apoio de muitas pessoas, este agradecimento vai diretamente para elas.

Começo por agradecer a meus ancestrais, aos quais devo a minha existência nesse mundo, agradecer em especial à minha mãe Quinta Nancasa e ao meu pai Alberto Mango, pessoas a quem devo muito pelo carinho, amor e pela educação que me deram, agradecer aos meus irmãos Namir Mango, Deonaldo Mango, Aldair mango e a minhas irmãs Judaica Quade, Edna Quade, Paniza Mango, Gabriela Quade, Valeriana Quade, Deonesa Mango e agradecer igualmente à minha namorada Satumata Sanhá e à minha princesinha Rubinela Bruna Sanhá Mango por compartilharem os momentos difíceis e felizes comigo.

O meu agradecimento vai em especial ao meu orientador Prof. Dr. Basílele Malomalo e à sua companheira Mary Rosa, pelo grande conhecimento evidenciado na orientação deste trabalho e por serem os padrinhos da nossa querida filha.

Estendo este agradecimento a todos os professores da UNILAB, em especial aos do meu curso, aos técnicos administrativos e ao pessoal do RU e especialmente ao pessoal que cuida da nossa universidade e por último a todos os dirigentes que passaram e aos que estão no momento.

Não podia fechar este agradecimento deixando de fora os amigos que, desde os meus primeiros passos até agora, estiveram presentes na minha caminhada. Agradeço desta forma, ao senhor Costantino Maia com a sua bondade divina em me ajudar no momento preciso, ao Fernando Có que considero como um irmão, aos meus amigos Oraison Nomura Dias Costa, Quintino Sanhá, Celestino Sá, Nicandro Barbosa, Domange Gomes, aos meus primos Reinaldo e Marculino Mango; agradeço igualmente aos colegas da UNILAB, em especial a Urém da Costa, Joel Silva, Quedeco lé, Júlio Cambanco, Fernando Siga, Dimar Monteiro, Elísio Fernandes, Farã Vaz, Petimama Gomes, Iadira Impanta, Leodililde Pinto, Zaida Mantuk, Medilanda Tubento, Niuanca Pedreira, Dote Biaguê, Zaira Pereira, Fatumata Embalo, Natividade Béia, Aminata Mendes, Benvinda Cambanco, Honorata Dias, Aramata Bodjam, Sadia Carine e a todos e todas que não vou poder mencionar aqui. Muito obrigado pela amizade, conselhos e apoio nos momentos mais difíceis no decorrer desta experiência social e acadêmica.

## **RESUMO:**

O trabalho faz parte do projeto dos estudos das Humanidades que investigam as relações internacionais, especificamente a Cooperação Sul-Sul, tendo como objeto os interesses econômicos e simbólicos do Brasil em relação ao continente africano. A partir do primeiro governo Lula, o Brasil voltou-se para a América latina e o continente africano, que é o nosso interesse nesta pesquisa, o que permitiu que o governo Lula conseguisse ultrapassar várias dificuldades, possibilitando ao país tornar-se um agente importante na área de cooperação internacional, saindo assim da condição de simples país recipiendário para ser um doador importante de cooperação técnica, procurando desta maneira afirmar e defender os seus interesses nacionais. O trabalho apresenta como objetivo geral, compreender o uso da solidariedade nas ações de cooperação entre o Brasil e a África durante os dois governos de Lula (2003-2010). E tem por objetivos específicos: 1) analisar os interesses simbólicos e econômicos que movem a cooperação entre o Brasil e a África; 2) compreender os interesses que movem a cooperação solidária entre o Brasil e os PALOPs mediante a UNILAB. Para tanto, emprega-se uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental para a realização das mesmas. Foi possível perceber a existência de interesses do Brasil nesta cooperação, entre os quais podemos citar interesses no campo político-estratégico no que se refere ao apoio dos países africanos para conseguir um assento na ONU. Um exemplo claro é o apoio que o Brasil precisa dos países africanos para manter o controle sobre o Atlântico Sul, que no campo econômico é de extrema importância para o Brasil, visto ser o canal que permite transportar mercadorias para todas as partes do mundo. Por este motivo durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva houve uma grande aproximação tanto pessoal como governamental, empresarial e social do Brasil com o continente africano. Conclui-se que o Brasil usa nos seus discursos políticos o termo ‘cooperação solidária’ para justificar esta prática, embora no fundo existam pretensões político-estratégicas.

**Palavras-chave:** Cooperação Brasil-África, Solidariedade, Interesses Simbólicos e Econômicos, Governo Lula.

## ABSTRACT:

Our work is part of the study project in Humanities that investigates international relations, specifically the South-South cooperation. Its objects are the economic and symbolic interests of Brazil in the cooperation with the African continent. Since Lula's first administration, Brazil turned to Latin America and Africa, which is our focus in this research, this allowed Lula's government to overcome several difficulties, enabling the country to become an important agent in the area of international cooperation, leaving thus the condition of mere recipient country for the major donor of technical cooperation, seeking this way to affirm and defend its national interests. This work has as main objective, understand the use of solidarity in cooperative action between Brazil and Africa during the two Lula's administrations (2003-2010). and the following specific objectives: 1) analyze the symbolic and economic interests that drive the cooperation between Brazil and Africa; 2) understand the interests that move the partnership between Brazil and the PALOPs through UNILAB. For such purpose, it was used a combination of bibliographic and documentary research. It was possible to perceive the interests of Brazil in this cooperation, among which we can mention political-strategic interests regarding the support of African countries to get a seat in the UN. A clear example of this is the support that Brazil needs of African countries to maintain control over the South Atlantic, which in the economic field is of extreme importance to Brazil, as the channel that allows the transportation of goods to all parts of the world. Therefore, that during both Lula's administrations, there was a great personal and governmental, business and social approach between Brazil and the African continent. It is concluded that Brazil uses the term 'partnership' in the political discourse to justify this practice, although there are underlying political and strategic pretensions.

Keywords: Brazil-Africa Cooperation, Solidarity, Symbolic and Economic Interests, Lula's Government.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABC Agência Brasileira de Cooperação

AGNU- Assembléia Geral das Nações Unidas

APEX- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)

BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CT- Cooperação Técnica

CTPD- Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSS – Cooperação Sul-Sul

DEAF/MRE- Departamento da África, Ministério das Relações Exteriores (Brasil)

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz (Brasil)

G-20- Grupo dos 20

G-77- Grupo dos 77

IBAS- Índia, Brasil e África do Sul

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil)

IRBr- Instituto Rio Branco (Brasil)

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

PEB – Política Externa Brasileira

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Epígrafe:



Autor desconhecido: bloco didático Campus da Liberdade, Redenção, Ceará, Brasil

## SUMÁRIO

1. Introdução	14
<b>Capítulo I: Procedimento metodológico e referencial da pesquisa</b>	
1.1 Coleta de dados da pesquisa	18
1.2 Análise e interpretação dos dados coletados	23
1.3 Conceitos básicos da pesquisa	27
1.4 Cooperação Sul-Sul	27
1.5 Cooperação técnica	31
1.6 Cooperação solidária	34
<b>Capítulo II: Interesses simbólicos na Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África</b>	
2.1 Interesses Simbólicos	38
2.2. A UNILAB nas ações educacionais como um exemplo simbólico e estratégico para criar a Comunidade Identitária com os PALOPs	42
2.3. A lusofonia na idealização da língua portuguesa	47
2.4. A língua portuguesa e a religião como meio de dominação nos espaços lusófonos	50
2.5. Organizações regionais e internacionais, discurso da solidariedade como estratégia de integração Sul-Sul nas relações de Brasil com a África	52
2.6. Visitas presidenciais simbólicas de presidente Lula da Silva à África	54
2.7. O Atlântico Sul na estratégia político-econômica do Brasil	56
2.8. Desenvolvimento de capacidades nas ações de Cooperação Sul-Sul Brasil-África	58
<b>Capítulo III: Os Interesses econômicos na Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África.</b>	
3.1. As riquezas naturais africanas e o crescimento econômico africano no século XIX.-	66

3.2. As estratégias brasileiras no campo econômico	69
3.3. Presença de empresas brasileiras na África nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva	74
3.4. As exportações e importações brasileiras relativas ao continente africano nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	76
4. Considerações finais	82
5. Referências	85

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma resposta aos desafios de se estudar a cooperação internacional para o desenvolvimento que o meu orientador, professor Dr. Bas'Elele Malomalo, nos colocou desde que comecei a frequentar a disciplina lecionada por ele, “Desenvolvimento, Cooperação e Interculturalidade em 2013 e a investigar sobre o assunto em pauta da minha pesquisa. Faz igualmente parte do Projeto “Brasil-África: Reflexões e estudos de casos sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento”, coordenado por ele, e que é registrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da nossa Universidade.

Minhas discussões com o meu ilustre orientador, levaram-me a intitular este trabalho de “Cooperação Brasil-África durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): Solidariedade e/ou Interesses? Trata-se de um tema que se insere nos Estudos das Humanidades nas áreas das Relações Internacionais, especialmente da Cooperação Sul-Sul Brasil e a África. Tem como objeto de estudo os Interesses Simbólicos e Econômicos que movem essa cooperação. Como se sabe o governo Lula, diferentemente de todos os governos brasileiros anteriores, fez aquilo que chamamos de uma “revolução positiva” nas relações do Brasil com o continente africano. No seu governo voltou as atenções não só para os seus vizinhos sul-americanos, mas principalmente para o continente africano, atuando deste forma em várias frentes, tanto no campo bilateral como no multilateral, criou programas, fez várias visitas de estado aos países africanos, assinou vários acordos no âmbito político e sobretudo no campo econômico, criou organizações tanto regionais como internacionais para facilitar mais a integração com os seus vizinhos e com os africanos, fortalecendo deste modo a economia brasileira e a posição do Brasil no que se refere à barganha na arena internacional. Sabe-se, também que no governo Lula, o Brasil fortaleceu a sua cooperação com os países africanos nas áreas principalmente da agricultura, saúde e sobretudo da educação, visando criar mecanismos que lhe permitissem atingir o seu objetivo máximo de ser reconhecido internacionalmente e conseguir assim se afirmar como uma potência que almeja a reformulação do Conselho de Segurança para poder obter o seu acento na mesma. Na área da educação, a partir do seu primeiro mandato, o presidente começou por um lado, a enfatizar o discurso de “solidariedade” nas relações com os países africanos, o que fez com que as universidades, principalmente as públicas brasileiras, começassem a ceder mais vagas para estudantes africanos no Brasil. Por outro lado criou também programas

de alfabetização, centros de formação profissional na África e antes do término do seu segundo mandato criou a UNILAB, (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que vem, segundo Heleno (2014) como uma ‘dádiva’ para os africanos de PALOP. Só que, como veremos mais adiante, de acordo com Lino Gomes (2013), esta universidade surgiu para cumprir um dos objetivos do governo Lula, que era de ampliar as vagas das universidades públicas para as pessoas mais pobres e teve também o propósito de facilitar as futuras relações do Brasil com o continente africano. O discurso político brasileiro proferido para colocar esta cooperação é que o Brasil estava realizando uma ‘cooperação solidária’ com os países africanos, porque tem uma ‘dívida histórica’ com este continente, que move esta cooperação.

Porém, o que nós percebemos, lendo o material e os autores estudados, o modelo de cooperação que o Brasil está prestando é uma cooperação diferenciada da cooperação denominada ‘Norte-Sul’, porque é baseado no princípio da solidariedade da cooperação Sul-Sul, que respeita, as decisões internas dos países parceiros e nelas não interfere. Porém o que se verificou é que este é uma cooperação diferente, sim, da Norte-Sul, mas que tem também as suas falhas e é simplesmente uma outra forma de cooperação internacional. Porque nas relações entre os estados na arena internacional, não existe igualdade entre eles, há sempre um ator mais forte que dita as regras e um mais fraco que obedece, portanto, o discurso de igualdade e horizontalidade dificilmente ocorre nestas relações. E a pergunta que nos orientou neste trabalho e que tentamos responder ao longo dele é a seguinte: quais são os reais e principais motivos que movem a cooperação Brasil-África?

Escolhemos este tema, por causa do nosso interesse no estudo das relações internacionais. Sabe-se que desde o final da Segunda Guerra Mundial, a questão da cooperação internacional entre países tornou-se um centro de debate acadêmico, visando a melhoria de assistência entre países. Foram produzidos vários modelos de cooperação, como por exemplo a chamada cooperação tradicional ou cooperação Norte-Sul, que também se chama ‘cooperação vertical’ entre os países ‘desenvolvidos’ e os países ‘sub-desenvolvidos’. Mas com o decorrer do tempo, esse modelo de cooperação foi alterado pelas transformações que ocorreram no mundo, principalmente pelo esforço dos países denominados de ‘terceiro-mundistas’. Estes países mudaram os paradigmas verticais de cooperação para o ‘paradigma horizontal’, onde se fala que não existe a interferência nos assuntos internos, que os países do Norte faziam nas suas cooperações com os países do

Sul. Nesta tentativa de mudar esta forma de cooperação, nasce outro conceito, a ‘cooperação Sul-Sul,’ que segundo a literatura estudada, foi criada na conferência Afro-Ásia que teve lugar em Bandung, Indonésia, em 1955, os países que sofreram a colonização, neste caso os países da Ásia, da África e posteriormente da América latina. Percebe-se na literatura estudada que existe um forte discurso de solidariedade nesta cooperação, porém o que nós percebemos nas relações do Brasil com a África é a existência de interesses político-estratégicos e sobretudo de interesses econômicos, por parte do Brasil, nesta relação.

Um outro fator que nos motivou a fazer este estudo, é o fato de sermos nós os futuros responsáveis por esta relação entre os nossos estados e o estado brasileiro e portanto, quer queiramos ou não, vamos, num futuro próximo, ser agentes desta cooperação. Achamos também que esta pesquisa por um lado, poderá contribuir muito tanto no âmbito político como no acadêmico, para a sociedade brasileira e a sociedade africana em geral, visto que há ainda pouco estudos nesta área no Brasil e por outro lado, trará o olhar de um estudante africano que está sendo agente desta cooperação, porque está participando diretamente dela através da UNILAB.

As hipóteses nesta pesquisa são as seguintes: em primeiro lugar, a cooperação entre o Brasil e a África é baseada mais nos interesses econômicos do Brasil, como ator emergente na arena da política internacional, saindo do lugar de simples receptor da cooperação e passando a se afirmar como um dos novos doadores internacionais; em segundo lugar, essa cooperação ajudou o crescimento econômico do Brasil nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva.

Este trabalho tem como objetivo geral, compreender o uso da solidariedade nas ações de cooperação entre Brasil e África durante os governos de Lula. E como objetivos específicos, analisar os interesses simbólicos e econômicos que movem a cooperação entre Brasil e a África e compreender os interesses que movem a cooperação solidária entre o Brasil e os PALOP mediante a UNILAB. Para tanto, emprega-se uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais, O primeiro capítulo trata da Metodologia utilizada e dos Conceitos da Pesquisa. O segundo capítulo aborda aquilo que denominamos de “Interesses Simbólicos” do Brasil na sua Cooperação Sul-Sul com a África. O último

capítulo faz uma abordagem dos Interesses Econômicos do Brasil nessa cooperação durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

## **PRIMEIRO CAPÍTULO**

### **1.1. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E CONCEITOS BÁSICOS DA PESQUISA.**

A metodologia utilizada nesta pesquisa fundamenta-se na perspectiva dos estudos das Humanidades, com enfoque nas relações internacionais e a Cooperação entre países do Sul, denominado de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. Neste capítulo, mostraremos a forma, ou seja, o caminho percorrido para a nossa coleta, e conseqüentemente para nossa análise dos dados.

### **1.2. COLETA DE DADOS DA PESQUISA**

Para realizar esta pesquisa, escolhemos trabalhar com a combinação da pesquisa bibliográfica e documental para atingir os nossos objetivos. Para tanto nos baseamos no autor Antônio Carlos Gil para entender as diferenças e semelhanças entre as duas formas de pesquisa. Para Gil (1996), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. De acordo com Antônio Carlos Gil, as fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo.

Nessa perspectiva, fizemos usos de materiais produzidos sobre o tema da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África. A maioria destes materiais são periódicos científicos, artigos e dissertações dos estudiosos da área. As fontes bibliográficas que nos interessaram foram os artigos e livros produzidos por especialistas em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que abordam direta ou indiretamente a temática da cooperação Brasil-África. São textos impressos e eletrônicos que procuramos nas bibliotecas e nos bancos de dados da internet.

Por um lado, como se pode perceber, em consonância com as leituras feitas dos teóricos que abordam esse assunto, as relações do Brasil com a África esstiveram em parte do século passado, delineadas pela perpetuação de silêncio e indiferença que já se iniciaram no final do século XIX e que o modelo nacional-desenvolvimentista de política exterior da República mantivera, em certa medida, até o primeiro governo de Getúlio

Vargas. Esta forma de relação fez com que houvesse o ir e vir nas relações entre os vizinhos ribeirinhos, o que significa ora, o Brasil esteve em África ora não, de acordo com o seu interesse no continente africano. Como podemos ver na citação a seguir. (SARAIVA, 2012, p. 25).

Outra característica do esforço brasileiro para atingir comercialmente a África foi a reorientação geográfica das exportações e importações. A consequência disso foi o declínio relativo da importância da África do Sul para a Nigéria, que se tornou o substituto da África do Sul. [...] As relações foram acentuadamente estimuladas depois do primeiro choque do petróleo em 1973-1974 e no segundo, em 1979. Outro silêncio voltou nos anos 1990, com a presidência do Fernando Collor de Mello, que procurou reforçar os laços com o Primeiro Mundo, prometendo recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade capitalista por meio de um relacionamento preferencial com as economias ocidentais avançadas. (SARAIVA, 2012, p. 48).

So que é importante reconhecer e salientar que apesar do afastamento nas relações do Brasil com a África, o nascimento da política africana do Brasil não aconteceu sem consistência e sem cálculos estratégicos. No fundo, ela se tornou um capítulo importante na busca brasileira por novos parceiros políticos e econômicos internacionais e, ao mesmo tempo, serviu para a busca da maior autonomia no espaço das relações internacionais da época. Essa política era parte da nova estratégia de inserção internacional do Brasil no início da década de 1960 que incluía também o estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente com a União Soviética, e a revisão das relações com o centro hegemônico ocidental, os Estados Unidos. (SARAIVA, 2012, p. 35)

Por outro lado, o período que começou desde primeiro Governo Lula, em 2003, que é o período da nossa análise nesta pesquisa, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”. Uma visão estratégica e uma perspectiva coerente, são as novas bases das relações Brasil-África, tornando-se o principal foco da chamada cooperação Sul-Sul. Relações Bilaterais e Multilaterais têm-se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia, educação, cultura, e mesmo segurança e defesa. (VISENTINI, Paulo G. Fagundes, 2013. P.93).

De acordo com Visentini (2013), muitos estudiosos da área, opinam que, as relações do Brasil com a África provam a dimensão solidária do programa social que

presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros considera essas relações apenas como uma “diplomacia de prestígio”, com desperdício de tempo e dinheiro. E outros, as consideram pela ótica da “diplomacia de negócios”, uma espécie de imperialismo soft, que se diferenciaria da presença chinesa na África apenas na sua forma e intensidade”. [...] “Enquanto partidos de oposição acusavam o Governo Lula de “desperdiçar dinheiro em um continente sem futuro”, empreendimentos brasileiros estão ganhando espaço e reforçando a sua presença, principalmente a Petrobras”, etc. (VISENTINI, 2013 p.94).

Para esse autor, o discurso diplomático e suas práticas, no Governo Lula, levaram à formação de alianças prioritárias com parceiros da esfera Sul-Sul. [...] Uma das suas primeiras ações foi modificar a estrutura interna do Itamaraty em relação à África: além da Divisão de África (I) e (II), o governo dividiu o Departamento, voltado unicamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada departamento de África-III, (VISENTINI, 2013 p.94)

Com efeito, um sinal claro disso é o alto nível de investimentos diplomáticos no continente, o que promoveu diversas visitas às nações africanas, estabelecendo diversos acordos de cooperação nas mais variadas áreas- desde o início do primeiro mandato, o presidente Lula esteve no continente 10 vezes, tendo visitado mais de 20 países, alguns deles mais de uma vez”. (VISENTINI, 2013 p.95)

Continuando ainda o mesmo autor, [...] outro ponto relevante nessa política africana é abertura/reabertura de postos diplomáticos brasileiros no continente, totalizando 16 novas embaixadas brasileira na África. O caminho inverso também tem sido reforçado, sendo que entre 2003 e 2006, o número de representações diplomáticas africanas, acreditadas em Brasília, saltou de 16 para 25. (VISENTINI, 2013 p.95)

Portanto, essa mudança na política externa brasileira é, justificada, por um lado, pela maior compreensão do governo da importância do apoio africano para aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional, na sua estratégia de se inserir dado a nova política, é também justificada pelo Renascimento Africano, já que a África tem seu status reconhecido no cenário internacional, causado em grande parte pela valorização das commodities exportadas pelo continente e pelo crescente investimento da China na região”. (VISENTINI, 2013 p.95)

De acordo com Visentini (2013), é muito pretinente reconhecer o potencial de alguns dos acordos do Brasil em direção ao continente africano, para futuras combinações no campo multilateral, como a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). (VISENTINI, 2013 p.95)

Com relação a Pesquisa Documental, na concepção de Antonio Carlos Gil (1996), apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica. Porém, a diferença essencial entre as duas abordagens está na natureza das fontes. Enquanto essa última utiliza-se fundamentalmente das contribuições de autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados, de acordo com os objetivos da investigação. Outra diferença observada por ele é que, geralmente, as fontes da pesquisa bibliográfica são constituídas sobretudo de material impresso colocado nas bibliotecas e hoje em dia em documentos eletrônicos, enquanto que as fontes da pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas, encontradas nos arquivos das instituições não acadêmicas do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Quanto à construção, a pesquisa documental é feita, ora a partir de documentos ‘de primeira mão’, fontes primárias que não receberam ainda nenhum tratamento analítico-teórico (cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, folhetos), ora a partir de documentos de ‘segunda mão’, fontes secundárias que, de alguma maneira, já foram analisadas, tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, anais de eventos etc, podendo ser considerados como documentos de tipo especial. Gil (1996) mostra que as fontes documentais são muito mais numerosas e diversificadas, já que qualquer elemento portador de dados pode ser considerado um documento. Todavia, as fontes documentais clássicas são os arquivos públicos, os documentos oficiais, a imprensa e os arquivos privados (de igrejas, empresas, associações de classe, partidos políticos, sindicatos, associações científicas etc.). Continuando, o autor observa que as fontes documentais vêm se ampliando consideravelmente, podendo o pesquisador valer-se de documentos contidos em fotografias, filmes, gravações sonoras, disquetes, CD-ROM, DVDs etc., dados que receberam ou não um tratamento científico.

No caso da nossa pesquisa, que trata de um assunto novo na área das relações internacionais, a Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África, utilizamos os materiais virtuais que encontramos: *sites* abordando o assunto, Google acadêmico, Google, SciELO, *YouTube*, nos quais pesquisamos dissertações de mestrado, artigos científicos de autores que abordam esse tema, teses de doutorados etc. Trabalhamos ainda com alguns livros e textos que abordam o mesmo tema, citando aqui os principais autores: Edmonson (2010); Lopes (2005); Bourdieu (2012); Banco Mundial (2011); Costa (2011); Ullrich (2013); Visentini (2013); Villas-Boas (2014); Weber (2012); Puente (2010); Malomalo (2014); etc.

### 1.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Tendo em conta os objetivos dessa pesquisa, procedemos com a análise e a interpretação de dados, fazendo o uso do método de interpretação de sentidos de Gomes et al. (2012) Na concepção dos autores acima citados a análise seria o primeiro passo a dar na organização do material coletado e a interpretação seria o segundo momento da sua sistematização dentro do quadro teórico para a compreensão dos sentidos das ações dos agentes sociais ou suas práticas. (GOMES, 2012)

Segundo Gomes et al. (2012), dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, a análise e a interpretação não têm como finalidade contar opiniões ou pessoas, mas focar na exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse tipo de estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores. (GOMES, 2012)

Tomando isso como base, nós analisamos e interpretamos os dados coletados explorando o contexto em que essa cooperação se insere e interpretamos deste modo as ações levadas a cabo pelo governo de ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, (2003-2010).

Segundo Gomes e seus colegas (2012), a proposta de interpretação de dados de pesquisa qualitativa, aqui denominada de método de interpretação de sentido, trata de uma “perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: a) palavras; b) ações; c) conjunto de inter-reações; d) grupos; e) instituições; f) conjunturas; dentre outros corpos analíticos”. (GOMES, 2012, p. 97)

Ora bem, nesta pesquisa, tomamos como categorias de análise, o Contexto da expansão brasileira, através da sua política africana, reforçada no mandato de Lula da Silva, nomeadamente, as ações desenvolvidas no continente africano, principalmente, as ações no campo político, entre elas, podemos citar os acordos políticos e econômicos assinados para a expansão e a internacionalização das empresas brasileiras na ÁFRICA e as instituições criadas e reforçadas precisamente para fortalecer essa Cooperação.

É de referir que, foram criadas e fortalecidas instituições e programas no campo educacional como a criação das universidades de integração regional como a UNILA e a UNILAB. Com o intuito de fortalecer as relações de cooperação com os países da América Latina e com os países africano da expressão portuguesa, PALOP. No campo

econômico, podemos considerar, as ações das empresas brasileiras no continente, entre as principais a Vale, a Petrobras, entre muitas outras aumentaram as suas ações no continente, o que vamos explorar mais afrente.

O que fizemos neste trabalho, foi de procurar ir além das informações que obtivemos, ou seja procuramos analisar as ações do governo Lula, dentro da conjuntura de mudanças nas relações entre os países do “Sul” ou países “periféricos” que procuraram e procurar uma nova ordem internacional na nova hierarquia internacional.

Como a nossa pesquisa é bibliográfica e documental, fizemos também uma análise e interpretação dos dados quantitativos da cooperação do Brasil-África na perspectiva de Antônio Carlos Gil (1996).

Na concepção desse autor, a análise e a interpretação dos dados tende a variar conforme a natureza dos documentos utilizados. Para ele, nas pesquisas documentais, realizadas no campo das ciências econômicas, que se valem de dados quantitativos, disponíveis sob forma de registros, tabelas, gráficos ou em bancos de dados, o processo analítico envolve procedimentos estatísticos, como medidas de tendência central e de dispersão, correlação, regressão e testes de hipóteses, assemelhando-se aos levantamentos.

Para a realização da análise e interpretação dos nossos dados, tomamos como base os trabalhos de autores e estudiosos da área de cooperação internacional como: Visentini (2013), que no seu livro *“A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul”*, questiona essa cooperação, se de fato ela é baseada nos princípios de solidariedade ou é uma nova partilha, uma espécie de ‘imperialismo soft’. Abreu (2012), faz uma comparação entre a cooperação Sul-Sul e a cooperação Norte-Sul, onde conclui que, em muitos casos, essas cooperações têm bastante similaridade, com exceção de alguns princípios que a cooperação Sul-Sul tolera e a Norte-Sul não, como o interesse mútuo das partes envolvidas, a não imposição de cláusulas e o respeito à neutralidade e soberania nacional destes países. Para Puente (2010), essa cooperação muitas vezes é feita triangularmente, o Brasil se associa a países europeus, como Alemanha, Espanha, Inglaterra, para realizar em conjunto a Cooperação Técnica no âmbito da cooperação Sul-Sul com a África. Saraiva (2012), traz uma nova visão da Cooperação do Brasil com a África, no seu livro *“A África parceira do Brasil atlântico”*, no qual considera o continente africano como um novo parceiro importante do Brasil e

não mais um simples receptor de cooperação. Ullrich (2012) faz uma análise da política externa de Lula da Silva em relação à África, trazendo as ligações dos objetivos internos e externos do Brasil quanto à África nos dois mandatos de Lula.

No que se refere a interesses econômicos, tomamos como base o teórico Alemão Max Weber (2012) para fundamentar o nosso trabalho. Segundo Weber (2012, p. 234) no seu célebre livro *“Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva”*:

“O elemento comum a todos os casos de interesse econômico do gênero, por parte seja dos empregados seja dos poderes capitalistas, está em que o interesse no ‘conteúdo’ dos ideais comuns dos membros passa necessariamente ao segundo plano em relação ao interesse na subsistência ou na propagação da comunidade como tal, seja qual for o conteúdo de suas ações.” (WEBER, 2012, p. 234)

Weber (2012) exemplificou este trecho nas movimentações típicas dos interesses capitalistas com a expansão e a propagação das comunidades políticas, que desde sempre existiram e continuam existindo. Nesse caso, a nossa interpretação nos permite entender que, a procura da integração Sul-Sul brasileira, passaria pela formação desses tipos de comunidades políticas, procurando assim a sua afirmação, fortificando desse modo a sua posição política e econômica.

De acordo com esse autor, há grande possibilidade dessas comunidades políticas influenciarem a vida econômica das mesmas, obtendo assim lucros enormes através da aceitação de tais leis que gerem essas comunidades. (WEBER, 2012, p. 235).

Relacionando este trecho à nossa pesquisa, podemos afirmar que os interesses econômicos do Brasil passam por cima do discurso de solidariedade e da horizontalidade na cooperação Sul-Sul com a África, por conta dos objetivos da inserção brasileira na nova configuração política e econômica do mundo.

Nesta perspectiva analisamos os interesses econômicos que movem a relação Sul-Sul do Brasil com a África, através dos valores das importações e exportações do Brasil para África, no período de mandato de presidente Lula da Silva (2003-2010). Os principais textos analisados foram, ‘a ponte sobre o Atlântico’ do Banco Mundial na qual abordamos os fluxos dos valores em dinheiro que a cooperação Brasil-África. Outro importante texto analisado foi dos autores Katarina Pereira da Costa e Pedro da Motta Veiga, *“O Brasil frente à emergência da África: comércio e política comercial, julho de 2011”*, no qual fizeram um balanço das exportações e importações entre o Brasil e a África no período (2000-2010).

Em relação aos interesses simbólicos, tomamos como base o teórico francês Pierre Bourdieu, no seu livro “*O poder simbólico*”, no qual ele analisa os elementos utilizados para a dominação dos outros povos, como por exemplo a língua, a arte, a religião e os discursos. Através deste texto, analisamos os acordos estratégicos assinados entre o Brasil e os países africanos, no âmbito das organizações regionais e internacionais como as BRICS, IBAS, ZOPACAS, MERCOSUL, CPLP, entre outras organizações estratégicas para o Brasil.

Com relação à criação da UNILAB como umas das políticas de integração internacional do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa, os PALOPs, as ações de Cooperação Técnica e Tecnológica do Brasil são os principais elementos enfatizados pelo Brasil nas suas relações Sul-Sul, nós tomamos como base o teórico guineense Carlos Lopes (2005), que discute a cooperação para desenvolvimento de capacidades individuais, sociais e institucionais. O autor citado, nos chama atenção do que, o desenvolvimento de capacidades deve fortalecer as habilidades locais já existentes em vez de substituí-las por novas, como faz o Brasil ao tentar implementar as suas políticas domésticas no continente africano, principalmente nas áreas da saúde e nas atividades de agronegócio; Passaremos agora a estudar estes conceitos.

#### 1.4. CONCEITOS BÁSICOS DA PESQUISA

Nesta seção, trataremos de problematizar os principais conceitos da nossa pesquisa, entre eles os conceitos de “Cooperação Sul-Sul”, “Cooperação Técnica”, “Cooperação Solidária”, por último o conceito de “Desenvolvimento de Capacidade”.

A literatura científica que deu suporte a esta pesquisa, foi baseada em autores que discutem a cooperação Sul-Sul nos seus moldes, Cooperação Solidária, Cooperação Técnica, Cooperação Econômica e Política. (PUENTE 2010; LOPES 2005; EDMONSON 2010; ULRICH 2013; ABREU 2012; etc)

#### 1.5. COOPERAÇÃO SUL-SUL - COOPERAÇÃO TÉCNICA

O conceito da cooperação Sul-Sul, como veremos mais adiante, surgiu como consequência do processo de descolonização, num período em que os países dominados e/ou subjugados queriam se afirmar na nova política internacional, neste caso, estamos nos referindo a todos os países não europeus, especificamente, aos dos continentes asiático e africano.

Para as autoras Danielle Regina Ullrich, Rosinha Machado Carrion (2012) o conceito da cooperação Sul-Sul teve a sua formação política na conferência Ásia-África, realizada em Bandung, Indonésia, em abril de 1955. Nesta Conferência, os países considerados ‘subdesenvolvidos’ apresentaram aos países reconhecidos como ‘desenvolvidos’, problemas relativos ao desenvolvimento. Formou-se em seguida o ‘Movimento dos Não-Alinhados’ (MNA) no ano de 1961, que buscava por uma reforma no sistema econômico internacional, cujo clímax ocorreu na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. (ULLRICH, 2013).

O autor Locksley Edmondson (2010, P. 1003) por sua vez considera que “O Movimento dos Não-Alinhados, é o principal meio de expressão política do “Terceiro Mundo”. O Grupo dos Setenta e Sete é a principal unidade de negociação terceiro-mundista”. (EDMONDSON, 2010, p. 1003)

De acordo com este autor, o continente africano permaneceu em nível sensivelmente constante, aproximadamente 41%, com 32 países junto aos 77 membros fundadores, e no ano de 1964, contava com 50 representantes em meio a 122 membros no Grupo dos Setenta e Sete em 1980. (EDMONDSON, 2010)

Ullrich (2012) reforça ainda o seu argumento, dizendo que a Cooperação Sul-Sul, (CSS) também conhecida como Cooperação Horizontal, Cooperação entre Países em Desenvolvimento ou ainda Cooperação entre Países Semiperiféricos e Periféricos, idealmente, é compreendida pelos autores da área de relações internacionais como um processo de parceria econômica, política, social, comercial ou de outra natureza que se estabelece trazendo vantagens mútuas para os países parceiros, semiperiféricos e periféricos, tanto de forma bilateral quanto multilateral. (ULLRICH, 2013)

É aí que nós questionamos, será que aqueles países estavam no mesmo patamar para obter vantagens iguais? Ou uns estavam mais avançados que outros e que assim poderiam dominar as relações? Ou ainda como é que os países africanos que acabaram de começar a luta pelas suas independências, poderiam repartir a igualdade com os países asiáticos que estavam mais avançados?

Foi por isso que Aline Fernandes Vasconcelos de Abreu (2012) nos advertiu para termos cuidado ao falarmos do conceito da Cooperação Sul-Sul. Para esta autora, se quisermos entender a Cooperação Sul-Sul, será interessante compará-la à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Que seria a ajuda cedida pelos países ‘desenvolvidos’ para o desenvolvimento dos países ‘subdesenvolvidos’. Vem aí o conceito de ‘ajuda’ que precisamos desmistificar nesta pesquisa.

Para Carlos Lopes (1999) o conceito de ‘ajuda’ começou a ser usado pela primeira vez nas missões católicas, protestantes e outras igrejas, com fins religiosos quando criaram escolas, hospitais e centros de saúde, o que veio a ser copiado pelos administradores coloniais que a denominaram de ‘ajuda’ ou de ‘assistência técnica’. (LOPES, 1999)

Continuando ainda o mesmo autor,

“O conceito de ajuda com conotação é acompanhado de justificativas geopolíticas, - possessões colônias, países sob tutela. No entanto, a ‘ajuda’ neste sentido é vista como uma assistência. A idéia de assistência é interpretada como contribuição para o bem-estar do assistido. Mostrou que o uso da expressão ‘assistência técnica’ não é, portanto, casual, de acordo com esta interpretação, trata-se-ia da transferência de conhecimentos num sentido, numa direção, em função da riqueza técnica de uns em relação à pobreza técnica de outros”. (LOPES, 1999, p. 84.)

Com essas informações, podemos perceber a razão do conceito de ‘Ajuda Oficial ao Desenvolvimento’ (AOD), segundo o qual os ‘países do Norte’ se sentem donos das suas ex-colônias e por isso devem ‘ajudá-las’ com seus conhecimentos.

Percebemos que, não existe ‘ajuda’ na cooperação entre os estados, daí que o discurso vem sempre “encapuzado” pelas intenções políticas e principalmente econômicas dos países doadores em relação aos países receptores. O que nos leva a dizer que, não passa muito daquilo que o Brasil fez nos dois governos de Lula, no qual surge como o país doador de conhecimentos técnicos e o presidente usa o discurso de ‘dívida histórica’, e de ‘ajuda’ aos países africanos. (MALOMOLO, 2014)

Para tanto, Abreu (2012) define a Cooperação Sul-Sul como a ajuda cedida pelos países do Sul e a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento como a ajuda prestada pelos países do Norte. O que na verdade não é ‘ajuda’, mas sim uma cooperação, onde cada lado põe o seu interesse em primeiro lugar. A autora citada afirma que há semelhança nas duas práticas, só que a formulação impede a diferenciação completa das duas práticas de cooperação para desenvolvimento. (ABREU, 2012)

De acordo com Abreu (2012, p. 9), A Cooperação Sul-Sul seria diferente da Ajuda Oficial para Desenvolvimento, principalmente pelos seus princípios:

“Princípios de horizontalidade, pela ausência de condicionalidades políticas e pelos compartilhamentos de desafios do desenvolvimento econômico. Mas não haveria nenhum tipo de competição ou de concorrência com relação a qual tipo de ajuda seria melhor, mais justo ou mais eficiente. No âmbito acadêmico, autores como Lengyel e Mala Calza, também consideraram as diferenças da CSS em relação à AOD, mas destacaram a competição ou a oposição entre elas, identificando uma relação complexa entre os dois conceitos. Para nós, ambas, CSS e Cooperação Norte-Sul, não são exatamente a mesma coisa, mas não são completamente diferentes. Apesar de apresentarem diferenças entre si, essas seriam simplesmente variações de uma mesma prática: a ajuda internacional para o desenvolvimento. Ou seja, ambas são formas genuínas de transferência de recursos e de capacidades de um país que oferece programas de cooperação a outro país parceiro que os recebe.” (ABREU, 2012, p.9)

Conforme Abreu (2012) os 10 princípios da Cooperação Sul-Sul realizada em Bandung no ano de 1955 na Indonésia são:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos princípios da carta as Nações Unidas.
- 2) Respeito pela soberania territorial e pela integridade das nações.
- 3) Reconhecimento da igualdade das raças e entre todas as nações, grandes ou pequenas.
- 4) Abstenção de intervenção ou interferência nas questões domésticas de outro país.
- 5) Respeito ao direito da defesa, de acordo com a carta da ONU.
- 6) Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva com fins de interesse exclusivo às grandes potências.
- 7) Abstenção de atos de ameaça ou de agressão ou do uso da força contra a integridade territorial e política de qualquer país.
- 8) Resolução de conflitos por vias pacíficas, como negociação, conciliação e arbitragem ou acordo jurídico de acordo com a carta da ONU.
- 9) Promoção de interesses mútuos e cooperação.
- 10) Respeito à justiça e a obrigações interna.” (ABREU, 2012, p.5)

A autora acima citada (2012) afirma ainda que houve uma evolução no processo da cooperação Sul-Sul entre os quais citou a busca por maior igualdade comercial e financeira; a defesa de maior igualdade no plano político internacional dos países do Sul; a luta contra a pobreza e contra a fome; a defesa do princípio da não intervenção e o respeito à soberania estatal; a busca de uma cooperação para o desenvolvimento de caráter horizontal que permitisse o benefício mútuo e a participação de outros setores além do estatal na promoção do desenvolvimento. (ABREU, 2012)

É importante realçar que a Cooperação Sul-Sul foi reconhecida pela ONU como uma modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, no quarto Fórum de Alto Nível sobre efetividade da ajuda que ocorreu em Busan, Coreia de Sul, em dezembro de 2011. (ABREU, 2012)

Aqui se percebe um deslocamento discursivo em que o termo “ajuda para Desenvolvimento” é deslocado por uma noção de “efetividade de ajuda”. Esse deslocamento faz parte da nova ordem global para se pensar o desenvolvimento, mas mantendo o conteúdo tradicional do termo ajuda.

## 1.6. COOPERAÇÃO TÉCNICA

A Cooperação Técnica foi reconhecida como parte da Cooperação Sul-Sul, somente no ano 2004, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Porém foi instituída formalmente pela mesma, por meio da resolução número 200, de 1948 e recebeu inicialmente o nome de ‘Assistência Técnica’ (AT). Só que este termo foi depois substituído nos anos 70, em virtude da denotação implícita de desigualdade entre os parceiros que a palavra ‘assistência’ carregava, que sugeria uma atitude de caridade dos doadores face à atitude de dependência por parte dos receptores. (PUENTE, 2010)

De 1948 a 2004, quantos anos passaram para que a ONU reconhecesse a Cooperação Técnica como parte da Cooperação Sul-Sul? Passaram-se 67 anos. Por que não foi reconhecida antes? Por que levou tanto tempo? Isso mostra de que lado as organizações mais poderosas tendem a estar. A nossa resposta a estas questões é que se a ONU tivesse reconhecido logo a Cooperação Técnica após a sua resolução, os países denominados de ‘terceiro-mundo’ teriam tido possibilidade de se desenvolverem mais rapidamente.

Para Carlos Lopes (2005) a Cooperação Técnica vai ser então “o instrumento de cooperação para o desenvolvimento, a fim de melhorar as capacidades humanas e institucional, utilizado para transferência de habilidades, conhecimentos e tecnologia, etc”. (LOPES, 2005, p. 61)

Já Carlos Puente (2010) vai dizer que a transferência de conhecimentos técnicos dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento não se dá de forma desinteressada, porque a composição e o método de implementação utilizados na Cooperação Técnica são sempre subordinados aos interesses diversos dos países doadores. Por exemplo, umas das formas de subordinação é a vinculação ou atamento da cooperação à exigência de aquisição de bens e serviços.

Ademais, o autor supracitado, mostra que as motivações de fundo da Cooperação Técnica podem comportar elementos político-estratégicos, mais são muito mais econômico-comerciais, mesmo que nos discursos possam parecer simplesmente altruístas. (PUENTE, 2010)

Conforme Puente (2010), a identificação das áreas e campos em que se estabelece a Cooperação Técnica muitas vezes não é orientada pelas dificuldades e preferências dos

países receptores, mas pelos interesses dos países doadores de recursos aos países receptores, o que ele denomina de ‘fabricação de demanda’.

Para Paolo de Renzio et al, (2013), o Brasil assume papel central na promoção da agenda da Cooperação Técnica, somente no final da década de 1980, com a criação de Agência Brasileira de Cooperação (ABC), apesar desta já fazer parte da política externa brasileira desde 1950. (RENZIO et al, 2013)

De acordo com Renzio e colegas (2013), a Cooperação Técnica está incluída nas quatro modalidades usadas na cooperação brasileira, a saber: a) ajuda humanitária, b) bolsas de estudo para estrangeiros, c) cooperação técnica e d) contribuições para organizações internacionais. (RENZIO et al, 2013)

Segundo esses autores, a Cooperação Técnica brasileira atua em áreas como saúde, agricultura, educação profissional, recursos hídricos, administração pública e energia, dentre outras. E para a realização da mesma com os países parceiros, a ABC, estabelece parceria com instituições técnicas que serão responsáveis pela gestão e execução do programa ou projeto de cooperação. Entre elas podemos destacar a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituições que desempenham importantes papéis como entidades executoras da cooperação. (RENZIO et al, 2013, p. 6)

De acordo com o Relatório do Banco Mundial (2011), a Cooperação Técnica foi uma das iniciativas brasileiras que teve mais visibilidade na política externa do governo Lula da Silva no continente africano, conseqüentemente muitos países africanos estão pedindo a implementação de várias ações que tiveram sucesso no Brasil em seus respectivos países. Como o Brasil é muito forte nas técnicas de agricultura, esses países querem implementar as técnicas brasileiras.

Somando-se a este argumento Carlos Puente (2010, p. 179) aponta que “a cooperação técnica brasileira, desde seu início, teve uma vertente africana, em especial com os PALOPs. Essa tendência prossegue, ainda que, aos poucos, apareçam outros países recipiendários no continente fora do âmbito dos PALOPs”. Portanto, os dados mostram que os PALOPs continuam dominando a destinação da CTPD brasileira na

África, nada menos do que 94% dos projetos e 68,9% das atividades pontuais se concentram nos países de língua oficial portuguesa. (PUENTE, 2010, p. 179)

## 1.7. COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

A Cooperação Solidária seria talvez o conceito mais importante da nossa pesquisa, porque é o conceito usado nos discursos políticos brasileiros durante os mandatos de Lula da Silva para justificar a sua cooperação com o continente africano.

Para perceber esse conceito, nós recorreremos a autores como Malomalo (2014); e Valler Filho (2007)

Para o Professor Doutor Bas'Ílele Malomalo (2014), no seu artigo intitulado “*A Integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Speller*”, o caminho para perceber o uso do conceito de cooperação solidária é estudar a origem dos dois conceitos separadamente. (MALOMALO, 2014)

Conforme este autor o conceito da solidariedade tem múltiplos sentidos:

“Na sua origem, era um conceito jurídico. Foi no século XVIII que se imporia o seu uso político na boca do santimoniano Pierre Leroux. No século XIX, teria uma conotação fatural nos escritos de Émile Durkheim que a empregou em dois sentidos: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica, para explicar sociologicamente a transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. O outro sentido que a solidariedade comporta é a normativa que, liga-se ao direito romano que se fundamentava numa forma de obrigação da comunidade responsabilizar-se pelas dívidas de um de seus membros e, inversamente, de um membro responsabilizar-se pelas dívidas de sua comunidade ou família. Essa concepção da solidariedade recebera novos acréscimos nos séculos XIX com a Revolução Francesa e nos século e XX, com a emergência dos movimentos operários e dos pensadores socialistas, socialdemocratas defensores de um Estado de Direito e um Estado de Bem Estar que garante os direitos dos cidadãos.” (MALOMALO, 2014 p. 2)

Na concepção de Wladimir Valler Filho (2007), a solidariedade é um conceito incorporado no discurso político brasileiro, segundo o qual, a política externa brasileira retomaria, as diretrizes do programa do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003, que destacaria a necessidade de reforçar a sua política Sul-Sul. (VALLER FILHO, 2007)

Em conformidade com Malomalo (2014) os conceitos de cooperação e de solidariedade são princípios com seus fundamentos na Constituição Brasileira de 1988, na qual o termo ‘cooperação’ aponta para a integração regional com a América do Sul e com outras regiões do mundo, como a África. E o conceito de solidariedade tornou-se um conceito basilar da Cooperação Sul-Sul com a conotação normativa, o que quer dizer que é uma norma jurídica e ética, desde a reformulação da diplomacia brasileira de 1995 até os sucessivos mandatos de Lula da Silva (2003-2010). (MALOMALO, 2014)

O autor acima citado acrescentou ainda que,

“Foi a partir dos anos noventa para dois mil, precisamente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva que o termo Cooperação Solidária tornou-se conceito incorporado nos discursos da diplomacia brasileira. Ele acrescentou ainda que os discursos do Lula, além do seu caráter de espontaneidade, traduzem a visão oficial da política externa do seu governo. Nestes discursos percebe-se que a solidariedade do Brasil para com a África é vista como uma dívida histórica que não se paga em dinheiros, mas com gestos. Estes podem ser entendidos como ações de políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento executadas nos campos da economia, da cultura, da educação, da agronomia, da diplomacia/política, em termos de transferências de tecnologias, de trocas de boas práticas em políticas públicas como de combate à fome, de Programa de Luz para Todos. (MALOMALO, 2014, p. 3)

Percebe-se neste trecho que, o discurso político brasileiro enfatiza a ‘dívida histórica’ para encobrir as suas pretensões nacionais. Vejamos por exemplo o trecho do discurso presidencial de 28 de outubro de 2004:

“ Este é o momento para reafirmarmos o compromisso com a defesa corajosa da nossa soberania nacional. [...] estimularemos os acordos comerciais bilaterais”. (VALLER FILHO, 2007, p. 222)

Nota-se o seguinte: os elementos como a ‘defesa nacional’, os ‘acordos bilaterais’ seriam na realidade, os reais interesses brasileiros, de aumentar por exemplo o seu território marítimo, ampliar o seu mercado, etc, porém, são muitas das vezes implícitas nos discursos.

No entanto, na opinião do professor Molamalo (2014), a cooperação solidária não significa gratuidade, mas é uma nova maneira de se fazer a política internacional que se afirma respeitar os direitos humanos, normas éticas e institucionais que visam o desenvolvimento emancipatório das partes cooperantes, o que não acontece realmente na prática. (MALOMALO, 2014).

Malomalo (2014) conclui que, a cooperação solidária, nos discursos de Lula e Paulo Speller, tem recebido a conotação normativa emancipatória,

“Mas na prática, pelo menos do ponto de vista da Unilab, não existe ainda uma cooperação solidária efetiva uma vez que a gestão democrática-participativa está longe para acontecer: os professores, as autoridades e outros agentes da sociedade civil dos países parceiros africanos não participam como requerem os princípios dos projetos de desenvolvimento locais e do desenvolvimento humano.” (MALOMALO, 2014, p. 4).

Para Puente (2010, p. 249) “a motivação brasileira para empreendimentos cooperativos baseia-se no princípio da solidariedade e no interesse nacional”.

A solidariedade nesse caso é justificada com a concessão da Cooperação Técnica para os países africanos. Puente (2010, p. 250) mostra que a “CTPD não envolve doações financeiras (o que seria mais próprio para a cooperação financeira) e portanto representa custos muito pequenos, de impacto marginal no orçamento público”.

O autor citado argumenta que a CTPD deve ser vista como um dos vários recursos de que dispõe a diplomacia brasileira para a afirmação desse patrimônio de credibilidade e de legitimidade de sua atuação internacional. (p. 260)

Para Max Weber (2012), o conteúdo do sentido de uma relação social pode mudar:

“Numa relação política, por exemplo, a solidariedade pode transformar-se numa “constelação” de interesses (econômicas, políticas, culturais, técnicas, tecnológicas entre outras). Neste caso, é apenas uma questão de conveniência terminológica e do grau de continuidade na transformação dizer que se criou uma ‘nova’ relação ou que a anterior continua com novo ‘conteúdo do sentido’. Também é possível que esse conteúdo seja em parte perene, em parte variável”. (WEBER, 2012, p. 17)

Weber (2012) esclarece neste trecho o que se faz na política com os discursos, ele mostra que há possibilidade de mudar os discursos políticos para adaptar as circunstâncias políticas que mantêm as relações sociais.

Na concepção de Puente [...] os resultados da atuação no campo da Cooperação Técnica para o desenvolvimento, talvez não se possam dissociar da contribuição de outros setores, como o intercâmbio comercial, os apoios mútuos na arena multilateral, as iniciativas de CSS *lato sensu*, a própria atuação diplomática em sentido mais estrito e outras variantes da política externa. (PUENTE, 2010, p. 262)

Com isso, nós percebemos que o princípio da solidariedade na cooperação Sul-Sul, incorporado como o discurso político brasileiro, a partir dos anos 1990 é usado no discurso político para justificar e legitimar as ações brasileiras no continente, como uma ‘dívida histórica’, porém tem o lado de interesses do próprio Brasil que é encoberto nos discursos políticos sob a forma de cooperação solidária.

Resumindo, neste capítulo tratamos da metodologia deste trabalho e trabalhamos com os conceitos do mesmo, destacando-se o conceito da Cooperação Sul-Sul, uma área de cooperação internacional na qual fizemos a nossa pesquisa, trabalhamos também com

os conceitos de Cooperação Técnica e Cooperação Solidária que são moldes da Cooperação Sul-Sul, que segundo os autores estudados é uma outra forma de cooperação internacional diferente da Cooperação denominada de Norte-Sul, mais tradicional. Verificou-se que para alguns autores a Cooperação Sul-Sul difere da Norte-Sul por falta de condicionalidades, não há condicionalidades políticas ou econômicas na Cooperação Sul-Sul, enquanto que para outros autores, esse modelo de cooperação é diferente da Norte-Sul, embora tenha suas dificuldades e contradições. Para esses autores este é um simples modelo de cooperação diferente da Norte e Sul mas que tem também contradições por ser um modelo no qual não há ainda uma única metodologia de uso, cada agente coopera da sua forma para conseguir os seus objetivos e como se sabe, nas relações entre os estados, não pode existir a igualdade porque o mais forte tende a controlar o mais fraco. (SANGREMAN, 2009)

Como se pode ver nesta citação,

“Para as relações internacionais a definição da cooperação internacional faz – se num pressuposto base de que a acção dos Estados, como actores unitários racionais, está subordinada antes de mais a uma ética de sobrevivência política [...] por outras palavras, dentro do domínio das relações internacionais a cooperação internacional passou a ser justificada pela necessidade dos Estados de maximizarem os seus interesses absolutos e relativos, [...] Ou seja cada Estado nas ações de cooperação procura antes de mais maximizar os seus próprios interesses e segurança em relação a todos os outros Estados.” (SANGREMAN, 2009, p. 15)

Carlos Sangreman (2009) mostra claramente nesta citação que cada estado se preocupa com a sua sobrevivência política e econômica, sendo assim a praticidade da solidariedade é muito pouco provável nas relações de cooperação internacional, tendo em conta a maximização dos interesses de cada estado.

## SEGUNDO CAPÍTULO: INTERESSES SIMBÓLICOS NA COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASIL-ÁFRICA

Neste capítulo, analisaremos as ações realizadas nos dois governos de Lula da Silva, nos âmbitos regional e principalmente internacional, visando a legitimação e afirmação do Brasil como um novo ator internacional, aquilo que denominamos de ‘interesses simbólicos’ nesta pesquisa. Para compreender esse conceito nos baseamos na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (2010), que discute no seu livro intitulado “Poder Simbólico”, as formas que os homens usam para dominar os outros homens através de certos capitais, tais como o capital econômico, o cultural e o social. O autor supracitado define esse conceito como um ‘poder invisível’ que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Vamos ainda utilizar os conceitos centrais da leitura da realidade social deste autor, a saber, os conceitos de ‘campo’, ‘capital’ e ‘*habitus*’. (BOURDIEU, 2010, p. 7)

### 2.1. INTERESSES SIMBÓLICOS

O que são então ‘interesses simbólicos’ para nós nesta pesquisa? – Os ‘interesses simbólicos’ seriam, as ações realizadas nos dois governos de Lula da Silva na África, visando a afirmação do Brasil como um novo ator internacional. Entre essas ações temos o investimento diplomático do presidente Lula e de seu governo no continente africano através de várias visitas para estreitar as relações diplomáticas, por intermédio de discursos sobre a ‘dívida histórica’ e a ‘solidariedade’ para legitimar as suas intenções e a cooperação nos domínios da agricultura, saúde, educação, comércio, etc. Esses projetos são apresentados para a sociedade de uma forma implícita, porém a sua execução traz outras realidades, um exemplo disso é o Programa Prosavana que está sendo executado pelo Brasil, Japão e o país receptor Moçambique e que a sociedade civil Moçambicana está contestando muito, por causa de mau uso das terras e das apropriações de terras das populações locais, causando desta forma uma pobreza extrema à população moçambicana, visto que mais de 80% de população moçambicana vive da monocultura nestas terras (CARTA DOS CAMPONESES DE MOÇAMBIQUE, 2013).

No seu projeto de pesquisa em andamento, “*Brasil-África: Reflexões e estudos de casos sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento*”, o professor Dr. Bas´Ilele Malomalo (2015), define ainda os interesses simbólicos como

“Interesse do Brasil em ter domínio no Atlântico Sul. O que tem a ver com a questão da segurança nacional. Numa perspectiva weberiana se pode dizer que aquele país usa da racionalidade para atingir suas finalidades: proteção de seus territórios de uma forma segura. A busca do Brasil pela ocupação de um assento nas Organizações das Nações Unidas, contando com apoio dos países do Sul, tem a ver também com outra categoria de Weber (2014): status. No caso, o país, está à busca de um status político internacional. Na perspectiva de Bourdieu (2002) pode-se dizer que ele luta para a conquista de um capital político internacional. Lula, com a sua diplomacia solidária, desempenhou-se para criar uma imagem positiva do Brasil no mundo. Esse tipo de trabalho em torno das representações, de construção de uma identidade internacional, isto é, o poder de se fazer conhecer e ser reconhecido é que chamamos o campo de interesses simbólicos. Os recursos usados, geralmente, para construir esses interesses são simbólicos, e suas marcas também. Por isso, são estatisticamente difíceis de mesurar. O caminho para chegar até eles é via pesquisa qualitativa.” (MALOMALO, 2015, p. 4)

Apesar de longa, esta citação nos traz uma síntese daquilo que queremos perceber nesta pesquisa. A questão da ‘segurança nacional’, a questão do ‘status internacional’, a questão de ‘capital internacional’. Como vamos verificar mais adiante, para conseguir esses objetivos nacionais, o Brasil imprimiu nos mandatos de Lula da Silva, ações difíceis de identificar por estarem encobertas nos discursos, carregando com eles aquilo que Bourdieu chama de ‘sistemas simbólicos’, que são os elementos enfatizados nos cursos políticos brasileiros, como por exemplo, a língua portuguesa para os integrantes dos PALOPs, a cultura, a ligação histórica com o povo africano em geral. (BOURDIEU, 2010)

Portanto, a forte presença brasileira na primeira década do nosso século, através de atuação diplomática do seu presidente Lula da Silva e de seu governo em geral, das empresas brasileiras e do incremento das relações com o continente, constituem na expressão de Bourdieu (2010), citado por Sangreman, um ‘*habitus*’.

Para esse autor, o ‘*habitus*’

“... é constituído pelo conjunto de comportamentos, gestos, pensamentos, individuais ou sociais que se tornaram inconscientes pela sua incorporação na nossa personalidade individual, social ou na cultura de instituições. São elementos da identidade individual e colectiva de cada interveniente no ‘campo’ que se podem alterar lentamente ao longo da vida e que podem influenciar e ser influenciados por outros ‘campos’.” (BOURDIEU, *apud* SANGREMAN, 2009, p. 25)

As ações de cooperação do Brasil com o continente africano no período da nossa análise visavam precisamente este fim, criar um ‘*habitus*’ no pensamento africano e assim facilitar o envolvimento do Brasil no continente. Porém, como dito anteriormente, essas ações são difíceis de mensurar, por conta dos significados que cada um dos gestos

carregava nos discursos. O que pode de certa maneira, dificultar um senso crítico por parte dos africanos, em perceber das jogadas políticas brasileiras.

Ademais, Bourdieu (2010), vai ainda mais longe, considerando que estes ‘sistemas simbólicos’ são por natureza instrumentos utilizados para criar uma verdadeira ‘integração social’. Porque enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles conseguem criar um consenso acerca do mundo social que desejam. (BOURDIEU, 2010)

Dois conceitos basilares da cooperação Brasil-África são precisamente, o conceito de integração e de internacionalização. Na nossa concepção a ‘integração’ neste caso, se refere à intenção do Brasil de fazer com que os países africanos o aceitam como um ‘irmão’, um parceiro para o desenvolvimento e não um ‘opressor’ e o conceito de ‘internacionalização’ se refere nesse caso à abertura do mercado africano para as empresas brasileiras. Isto permitirá ao Brasil obter os devidos apoios diplomáticos e conseqüentemente crescer economicamente.

No entanto, na concepção de Bourdieu (2010), as produções simbólicas servem como instrumentos de dominação.

“Os ‘sistemas simbólicos’ em detrimento da sua estrutura lógica. Este funcionalismo [...] explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses da classe dominante. [...] As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimização da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”. (BOURDIEU, 2010, p. 10-11)

Este trecho esclarece de forma clara a nossa preocupação na relação Sul-Sul do Brasil com o continente africano, porque os países dominantes, nesse caso nos referimos ao Brasil, produzem um discurso de solidariedade para legitimar a sua ação no continente e conquistar assim um status internacional. (BOURDIEU, 2010)

Para o autor supracitado, os instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento permitem aos sistemas simbólicos de cumprirem a sua

função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, gerando nesse sentido o que ele chama de ‘violência simbólica’, reforçando a sua posição nas relações de força, contribuindo deste modo, para o que Weber, citado por ele, chama de ‘domesticação dos dominados’. (BOURDIEU, 2010)

De acordo com este autor as classes estão sempre em luta. Diríamos, nesse caso, que os países estão sempre em luta pelo poder político e econômico na arena internacional, que segundo a teoria do realismo, o mais forte manda sempre no mais fraco. Como se pode ler nesta citação:

“As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima. [...] o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.” (BOURDIEU, 2010, p. 12)

Vamos agora estudar uma por uma as ações que denominamos acima de ‘interesses simbólicos’. Trataremos de mostrar como essas ações são apresentadas pelos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, como são recebidas por parte dos africanos e quais os reais significados e intenções dessas ações.

## 2.2.A UNILAB NAS AÇÕES EDUCACIONAIS COMO UM EXEMPLO SIMBÓLICO E ESTRATÉGICO PARA CRIAR A COMUNIDADE IDENTITÁRIA COM OS PALOPs.

Começamos por perguntar: quais são os principais motivos que nortearam a criação da UNILAB? (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), criada pela Lei Federal Brasileira nº 12.289/2010, sancionada pelo então presidente da República Federativa do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, que teve as suas atividades letivas iniciadas em 25 de maio de 2011, dia da África.

Esta universidade alberga estudantes dos cinco países africanos que têm o português como a sua “língua oficial”, estudantes do Brasil e ainda os de um país da Ásia de expressão portuguesa, Timor-Leste.

De um lado, a ex-reitora da mesma, então professora Nilma Lino Gomes e Sofia Lerche Vieira (2013), no artigo “*Construindo uma ponte Brasil-África*”, afirmam que, a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), insere-se no cenário da ampliação do acesso à universidade pública no Brasil. E a escolha de Redenção como a sede principal da Universidade foi uma questão política por ser a ‘primeira cidade’ brasileira a libertar os escravizados e também porque até então o estado de Ceará tinha somente uma única universidade federal, a Universidade Federal do Ceará. (GOMES; VIEIRA, 2013)

Com isso podemos perceber que o motivo número um da criação da UNILAB, não foi para ajudar os estudantes africanos, mas sim aumentar o número de universidades federais no Brasil, permitindo assim às pessoas mais pobres alcançarem o acesso ao ensino superior, através da interiorização do ensino superior no país.

De outro lado, Maurício Gurjão Bezerra Heleno e Mônica dias Martins (2014), no texto “*Cooperação ou Dominação?- A política externa do Governo Lula para a África*”, afirmam que a criação da Unilab serve para aprofundar os laços do Brasil com a CPLP, em especial com os PALOPs por ser uma universidade de matriz internacional baseada na cooperação e serve fundamentalmente como um “rico laboratório” de Brasil para a compreensão dos PALOPs. (HELENO; MARTINS, 2014)

Os mesmos autores vão ainda mais longe, caracterizando a cooperação do Brasil com a África de “mão única”, por viés da ‘transferência do conhecimento’ adotado nesta universidade, como se pode ler na citação a seguir:

A Unilab funciona como “dádiva” brasileira: foi criada sob o pressuposto de uma “dívida histórica” com o continente africano (obrigação de “dar”), com vistas a formar a imagem de país solidário, acolhedor e parceiro, para, ao fim, ter de volta para si o “objeto do espírito” em forma de apoio político. A “retribuição” da dádiva vem na forma de apoio ao Brasil nos fóruns internacionais e na adesão à área de influência brasileira: o voto de países africanos contribuiu decisivamente para a eleição de José Graziano para a presidência da FAO e de Roberto de Azevedo para a presidência da OMC. (HELENO; MARTINS, 2014, p.14).

Este trecho, serve para nós como uma resposta do mistério “Unilab”, porque de um lado, a Unilab vem no discurso político brasileiro como um “pagamento” da “dívida” do Brasil para com a África, porém se esquece da estratégia política brasileira, da construção da sua imagem positiva no olho do mundo, e em detrimento disto, obter o apoio necessário para o cumprimento dos seus objetivos nacionais.

No campo estratégico geopolítico, o Brasil investiu muito na educação, sendo a criação da UNILAB o ponto culminante desta área de cooperação, pois demonstra na prática que o Brasil estava interessado em cooperar com o continente africano, nesse caso específico, com os países de língua oficial portuguesa na África, os PALOPs.

Mas, por que a criação de uma universidade pública brasileira, cujas diretrizes apontam para uma porcentagem de 50% de estudantes brasileiros e 50% de estudantes estrangeiros (africanos e timorenses), fato que na prática não se realiza?

Uma das respostas, segundo os discursos diplomáticos brasileiros, é porque o Brasil tem uma ‘dívida histórica’ com o povo africano, a outra é porque o Brasil está fazendo uma ‘cooperação solidária’. Mas será que é isso mesmo ou há algo por trás disto tudo?

Segundo Visentini (2013) alguns acordos no campo multilateral, como a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), têm muita importância para o Brasil.

Porque são importantes?

De acordo com Visentini, a CPLP tem uma população aproximadamente de 240 milhões em quatro continentes e por isso o Brasil tem a pretensão de criar uma ‘identidade étnica’ para essas populações (*apud* Ullrich 2013), sendo o fator base para fazer isso a língua portuguesa e a possível cultura comum com os africanos devido à colonização. Por isso que a criação desta organização foi uma iniciativa brasileira, “com a fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em 1989 e tem sido desde a sua fundação, em 1996, um dos mais importantes pilares da política do Brasil em relação à África”. (VISENTINI, 2013, p. 95)

Estamos perante o ‘campo’ de Bourdieu (2010), que para a nossa pesquisa é um campo vasto de interesse internacional, no qual o Brasil busca o seu lugar. Por isso ele argumenta que o ‘campo’ é “um ‘microcosmo autônomo’ no interior do ‘macrocosmo social’ constituído pelo conjunto de equilíbrios e de interesses específicos do conhecimento e da ação a que se referem”. (BOURDIEU *apud* SANGRAMAM, 2009, p.24)

Compreendemos o microcosmo aqui, como os interesses do Brasil no interior de macrocosmo, que são os interesses dos vários países fortes e médios no continente africano, dentre os quais o Brasil surge como um desses países médios, juntamente com a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul, entre outros, tentando se afirmar na nova “arquitetura internacional”. Como se pode ler ainda nesta citação que,

“A ocupação das posições sociais depende do volume e estrutura do capital econômico, cultural e social, que cada um dos intervenientes possui. Os intervenientes no ‘campo’ utilizam estratégias de reprodução e de reconversão procurando ocupar as posições que tenham características dominantes sobre outras que surgem como dominadas. As posições dominantes são aquelas que, quer tenham ou não esse objectivo, as suas ações influenciam toda a estrutura e são influenciadas por ela (BOURDIEU, *apud* SANGRAMAM, 2009, p.24)

Esta citação nos leva a perceber que, na relação do Brasil com os países africanos, o Brasil procura reproduzir a sua cultura e conseqüentemente a sua dominação, porque possui maior capital econômico do que os países africanos, o que quer dizer que os países africanos se sentem inferiores ao cooperar com o Brasil, por conta de sua superioridade econômica, cultural e social do Brasil.

Nesta ordem de idéias Bourdieu (2010) citado por Sangraman (2009), afirma que “todos os intervenientes num ‘campo’, têm em comum interesses e motivações que originam uma cumplicidade implícita entre eles, bem como a definição tácita das condições de entrada de novos intervenientes”. (BOURDIEU, *apud* SANGRAMAM, 2009, p.24)

É fato conhecido que a maior percentagem da cooperação brasileira está destinada aos PALOPs. E segundo Danielle Regina Ullrich e Rosinha Machado Carrion (2013),

“...77,45% dos projetos de cooperação brasileira na África estão sendo realizados nos PALOPs e que a área da educação é que mais recebe recursos (15, 53%), alocados, principalmente, em formação profissional, alfabetização e formulação de políticas públicas para a educação.” (ULLRICH; CARRION 2013, p. 1)

Segundo as autoras supracitadas, a política externa brasileira age em três frentes na cooperação com estes países no tocante à área da educação. Em primeiro lugar na

economia, alfabetização e educação profissionalizante. A formação de políticas públicas para a educação nos países africanos servem, no caso da educação profissionalizante, precisamente para preparar a mão-de-obra africana que irá servir às empresas brasileiras na África, o que irá conseqüentemente permitir a inserção do Brasil no mercado africano e desse modo facilitar os fluxos do comércio entre o Brasil e estes países. Conforme estas autoras, para conseguir atrair capitais, investimentos, tecnologias e inserir-se de forma competitiva no mercado internacional, o Brasil precisa investir no nível educacional e na qualificação dos seus recursos humanos e deste modo fazer uma estruturação do sistema educacional destes países, o que permitirá cumprir o objetivo, diríamos de longo prazo, de obter maiores facilidades nas futuras relações. Em segundo lugar, na área da política, a educação como parte de uma agenda positiva da política externa do Brasil, serve precisamente para legitimar o discurso de solidariedade entre o Brasil e o continente, permitindo ainda formar um pensamento positivo em relação à cooperação do Brasil: a intenção de ‘ajudar’ a seus ‘irmãos’. E em terceiro lugar, na área cultural, a educação permite a convivência e o aprendizado da língua portuguesa, a forma brasileira de falar, de fazer as coisas e contribui assim para estreitar os laços entre o Brasil e o povo africano, propiciando deste modo um conhecimento mútuo entre as partes, o que facilitará a inserção brasileira no continente. (ULLRICH; CARRION, 2013)

Para estas autoras, estas ações poderiam estar

“Empenhadas na construção de comunidades identitárias, cujos elos seriam questões culturais e identitárias entre os países, reforçados pelo sistema educacional. A maior facilidade de penetração dada à língua em comum e o uso de um discurso que exalta a parceria étnica entre o Brasil e os PALOPs são fatores que, sem dúvida, contribuem para criar um ambiente favorável aos interesses políticos e econômicos do Brasil na África.” (ULLRICH; CARRION, 2013, p. 13)

Max Weber (2012) argumenta que a criação de uma comunidade pode estar fundamentada numa crença, principalmente quando apoiada na lembrança de uma colonização ou emigração. (WEBER, 2012)

Para o autor acima citado,

“A crença na afinidade de origem – seja esta objetivamente fundada ou não – pode ter conseqüências importantes particularmente para a formação de comunidades políticas. Como não se trata de clãs, chamaremos grupos ‘étnicos’ aqueles grupos humanos que, em virtude de lembranças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A ‘comunhão étnica’ distingue-se da ‘comunidade de clã pelo fato de aquela ser apenas produto de um ‘sentimento de comunidade’ e não uma ‘comunidade’ verdadeira, como o clã, a cuja essência pertence uma efetiva ação comunitária. A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui,

em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas. Por outro lado, é a comunidade política que costuma despertar, em primeiro lugar, por toda parte, mesmo quando apresenta estruturas muito artificiais, a crença na comunhão étnica, sobrevivendo esta geralmente à decadência daquela, a não ser que diferenças drásticas de costumes e de hábito ou, particularmente, de idioma o impeçam. [...] as comunidades, por sua vez, podem evocar sentimentos de comunhão que subsistem mesmo depois de a comunidade ter desaparecido e são sentidas como 'étnicas'. Especialmente a comunidade política pode ter semelhantes efeitos. Mas isso ocorre, de modo mais imediato, naquela comunidade que é portadora de um 'patrimônio cultural de massas' específico e que condiciona ou facilita a 'compreensão' mútua: a comunidade linguística. (WEBER, 2012, p.270-271)

Trecho extenso, porém necessário para justificar claramente a estratégia do Brasil no continente africano, usando o discurso da colonização conjunta que o Brasil e a África sofreram e no caso dos PALOPs torna-se ainda mais plausível, porque se trata de uma relação mais efetiva por conta da língua do colonizador que usam e de várias práticas culturais em comum, em virtude da forte presença dos descendentes africanos no Brasil, por conta da escravidão negra.

### 2.3. A LUSOFONIA NA IDEALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de falar especificamente da língua portuguesa na Cooperação Sul-Sul seria pertinente abordar o seu avanço, saindo de uma língua local e nacional de Portugal, para uma língua comunitária e internacional, falada pelo menos em 8 países situados em 4 continentes diferentes. Esses países são Portugal, Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Timor-Leste. Tais países têm o português como a sua ‘língua oficial’ por terem sofrido a colonização por parte de Portugal e hoje criaram a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) como um espaço de concertação e cooperação no âmbito político/econômico e estratégico. A lusofonia entra como um conceito que identifica os falantes dessa língua.

Vamos nos dedicar a entender agora o conceito da lusofonia e CPLP como formas de criação de uma identidade comunitária por parte de Portugal e do Brasil.

Para Maria Souza Gallito (2012), “O conceito de lusofonia resulta da conjugação de duas palavras: uma que se reporta a Luso sinónimo de lusitano/Lusitânia, ou seja, português/Portugal; e fonia que provém do grego e se refere à língua oral.” (GALITO, 2012, p.1)

Isso demonstra que o conceito da lusofonia nasce mostrando que é de Portugal e para portugueses, se o luso é igual a lusitano/português e fonia é igual a língua oral, isso significa que, as duas palavras seriam ‘a língua oral de Portugal ou de portugueses’. O que significa que a língua portuguesa é de portugueses e não de outros povos.

Só que posteriormente, o conceito da lusofonia ganhou outros significados, depois das lutas de libertação nacionais, passando a ser entendido por alguns como um conceito que abrange territórios de países que fazem parte da CPLP e de povos que nem falam a língua portuguesa. (NOVAS, 2008)

Nesta publicação dos Encontros de lusofonia em Torres Novas (2008) a ‘lusofonia’ pretende estabelecer uma lógica de intervenção para o desenvolvimento do espaço dos países de expressão portuguesa, com os próprios vetores de actuação da CPLP – cuja abrangência é bem definida pelos seus estatutos”. (NOVAS, 2008, p. 1)

Nesta publicação, a lusofonia pode ser associada a palavras como francofonia ou anglofonia e trazer consigo uma carga presumivelmente pós-colonial. Como se pode ver na citação abaixo:

“De entre alguns estudos sobre esta matéria, realça-se o sentido geopolítico do termo que engloba um conjunto de países e de povos cuja língua materna, corrente ou oficial, é o português. [...] a “Lusofonia” também pode ser interpretada como um sentimento, como uma alma, como um desejo de viver em conjunto, partilhando um passado comum. E, talvez a dimensão mais vasta do termo, designa o conjunto dos Estados e organizações que trabalham em conjunto com o objectivo de desenvolver a língua e as sociedades, internamente e por fora”. (NOVAS, 2008, p. 1)

Diríamos que a ideia da criação da lusofonia, francofonia e anglofonia constitui precisamente um mecanismo para prolongar a dominação dos povos subjugados, fazendo com que continuem se submetendo aos antigos ‘donos’, no caso os ex-colonizadores, portanto são novas formas de ‘dominação simbólica’ (*apud* Bourdieu, 2012), que os antigos colonizadores utilizam para manter a sua hegemonia sobre os povos colonizados.

Este argumento pode ser comprovado pelo mesmo autor na citação abaixo,

“Há aqui um paralelismo inevitável entre os objectivos da CPLP e a dimensão lata da Lusofonia: A actuação da organização também não se cinge à promoção e difusão da Língua Portuguesa, uma vez que são também vectores de actuação a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios, com especial destaque, na Saúde, Educação, Cultura, Agricultura, energia entre outros. Ou seja, pode-se entender o conceito de Lusofonia no seu sentido mais amplo e mais denso do que o de simples conceito linguístico”. (NOVAS, 2008, p. 2-3)

Esta citação nos mostra que nos primórdios da criação da lusofonia a língua portuguesa era tida como um exemplo da integração dos povos, mas hoje em dia surgem outras realidades, nas quais é obrigatória a cooperação para que os países consigam realizar os seus objetivos, o que levou no caso à criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, (CPLP), porque através dela, tanto Portugal como o Brasil de hoje poderão usar essa comunidade para atingir os seus objetivos nacionais. Como mais uma vez, a citação nos mostra,

“Não pode ser secundarizado o facto de Portugal ser o país cuja História tornou possível a existência desta Comunidade. Aqui nasceu a língua que nos une, dali partiram as caravelas que proporcionaram os encontros de culturas e civilizações e de que resultaram os traços culturais e afectivos que nos ligam. [...] Da mesma forma, todos os Estados-membros da CPLP reconhecem, também, o papel central do Brasil enquanto alavanca da comunidade. Não só pela história comum, não só por ser o país com um maior número de falantes, não só por se avizinhar como uma potência económica global, mas por tudo isto e porque é notório ser a CPLP uma das suas prioridades da política externa.”(NOVAS, 2008, p. 4)

Esta citação nos mostra o lugar onde o autor coloca Portugal, “o país cuja História tornou possível a existência desta comunidade, aqui nasceu a língua que nos une”, isso demonstra a hegemonia do discurso, ou seja o autor está colocando Portugal no topo, no lugar da ‘chefia, do comandante’, mesmo sabendo e reconhecendo que o Brasil alavancou a criação da CPLP para servir aos interesses brasileiros e não portugueses, o que prova que a CPLP é uma das prioridades da política externa brasileira, como se verificou nos governos de Lula da Silva, que abordaremos mais adiante.

## 2.4. A LÍNGUA PORTUGUESA E A RELIGIÃO COMO MEIOS DE DOMINAÇÃO NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS

Para Bourdieu (2012) a língua como instrumento de conhecimento e de comunicação pode exercer um poder estruturante porque é estruturada. Ora bem, o curso de Letras da UNILAB faz parte dos cursos escolhidos na área da educação da cooperação do Brasil com os PALOPs. Isso significa que os estudantes formados neste curso têm a probabilidade de reproduzir a cultura brasileira, através da língua portuguesa do Brasil nos seus respectivos países. Isso porque qualquer língua tem o objetivo de permitir e facilitar as interações entre os povos. Nessa linha a língua portuguesa entra como o elemento principal nas relações do Brasil com os países africanos que têm o português como a sua língua oficial. Com base nisso, o Brasil através dos PALOPs faz as suas cooperações com outros países do continente africano que não têm o português como a língua oficial. (BOURDIEU, 2012)

Podemos verificar isso através dos centros culturais que o Brasil vem criando na África para a expansão do português brasileiro e a cultura brasileira. Para Seibert (2012):

“Actualmente seis dos 21 centros culturais (Centros Culturais Brasileiros) que estão ligados às embaixadas locais do Brasil, baseiam-se em África. Os locais africanos são: Bissau, Luanda, Maputo, Praia e São Tomé. Não é nenhuma surpresa, uma vez que se espera que estes centros possam divulgar a língua brasileira, literatura e artes audiovisuais e cênicas. O sexto centro cultural é baseado em Pretória, na África do Sul.” (SEIBERT, 2012, p. 8)

Conforme esse autor, outro fator que podemos acrescentar nesse pacote seria as telenovelas brasileiras que estão ganhando popularidade principalmente nos PALOPs desde os anos de 1980 e que atualmente estão levando muita coisa da cultura brasileira para a África.

A religião entra precisamente nesta linha como um dos sistemas simbólicos mais fortes para dominar outros povos e ultimamente o Brasil está bem presente na África através das igrejas. Com efeito, ela não é diretamente ligada às ações do governo Lula, porém faz parte das ações brasileiras no continente, no sentido de levar o Brasil para dentro do continente africano.

Conforme Seibert (2012) as igrejas pentecostais brasileiras têm ultimamente crescido muito na África, em especial destacamos a controversa Igreja Universal do Reino de Deus que está presente em 19 países africanos, além daqueles 5 países africanos de expressão portuguesa. Essas igrejas têm infiltrado e mudado muito a cultura desses países

com estações de rádios e programas televisivos que passam a ganhar mais fiéis (tradução nossa).

Conforme Visentini (2013), “somente na África do Sul já existem quase 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores brasileiros conseguem até contar anedotas em *zulu*, mas o fenômeno é ainda mais intenso nos países de língua portuguesa”. (VISENTINI, 2013)

Isso prova que a religião é um dos elementos que mais aliena as pessoas por invocar o nome de Deus, mas que muitas vezes são os interesses pessoais que reinam no seio dessas organizações.

Para Bourdieu (2012):

“É com instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação’ dos dominados”. (BOURDIEU, 2012, p. 11)

A análise deste trecho nos permite perceber como o Brasil está presente na África não só no campo político, mas também no campo religioso e espiritual. No campo político está criando programas, como por exemplo, o Projeto Cotton Four e o Programa Prosavana, criados com o intuito de beneficiar mais o Brasil do que os países africanos. O Brasil nesse caso precisa de um espaço para produzir as *comm odities* e tendo desta forma uma mão-de-obra barata, irá obter uma margem de lucros maior para si. Não obstante o discurso que se usa é que esses projetos visam o desenvolvimento da África. Mas será que isso é verdade? Ou é para o desenvolvimento do Brasil? Só o tempo nos dará esta resposta.

É importante ressaltar que não incluímos a religião nas ações do governo brasileiro na África, mas nós entendemos que a religião faz parte daqueles elementos que o país está utilizando para justificar a sua presença e se acomodar no continente, porque se sabe que dificilmente os africanos vão rejeitar mais a presença das igrejas brasileiras do que, por exemplo, rejeitar a presença de uma empresa da extração de minérios brasileira. Portanto foi por isso que analisamos a religião que, segundo Pierre Bourdieu (2012) é umas das formas de dominação dos povos.

## 2.5. ORGANIZAÇÕES REGIONAIS, INTERNACIONAIS, DISCURSO DA SOLIDARIEDADE COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO SUL-SUL NAS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÁFRICA

No campo político e diplomático, o Brasil tem participado e promovido a criação de algumas organizações tanto regionais, englobando a América Latina, como internacionais, principalmente para conjugar os seus esforços com os países africanos para se proteger e ter uma estabilidade como um novo ator com ambições no campo das relações internacionais.

Segundo Seibert (2012), o presidente Lula logo após a sua investidura, criou mecanismos para a inserção do Brasil na nova ordem econômica internacional através de ações como a integração sul-americana por meio do MERCOSUL, as boas relações com a África do Sul, China, Rússia e Japão, os (BRICS) e principalmente com os países africanos, a criação em 2003 do IBAS (Forum do diálogo Sul-Sul entre Índia, Brasil e África do Sul), além da participação na criação do G20. Nós entendemos essas iniciativas como enquadradas no grupo dos chamados ‘interesses simbólicos’, pois essas políticas vão servir para preparar o caminho do Brasil para se afirmar como um ator de peso na arena da política internacional. Esta integração regional e internacional com os países de Sul iria de certa forma fortalecer a posição do Brasil na barganha internacional, porque iria ter apoio desses países, sem mencionar ainda o fator econômico que vai ser analisado mais adiante por nós. (SEIBERT, 2012)

De acordo com Seibert (2012), Lula da Silva afirmou várias vezes nos seus discursos que fora da África o Brasil é o país que tem maior população africana, o que demonstra claramente a sua ligação com este continente, umas das razões pela qual, criou a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, proporcionando o ensino das históricas e culturas africanas e afro-brasileiras. Pois bem, a nossa análise nos permite dizer que, primeiro, a relação do Brasil com a África desde os primeiros tempos não foi algo pacífico, a vinda dos africanos para Brasil, foi através da força e da escravidão. Para este autor, a população negra no Brasil foram e continuam sendo os mais pobres, marginalizadas, de classe baixa e claro , até algumas décadas atrás havia poucos negros brasileiros nas universidades públicas do país, sendo que o Brasil tem 51% da população negra, porém a maioria não recebia benefícios dos programas sociais no país, esquecendo que aquela mesma população negra ajudou e ajuda ainda na construção do país. Então para nós existe uma

contradição neste discurso, porque o Brasil tem grande número de população negra, mas ao mesmo tempo esta população sofreu e continua sofrendo racismo, preconceitos e discriminação ao longo de séculos. (SEIBERT, 2012)

## 2.6. VISITAS PRESIDÊNCIAS SIMBÓLICAS DE LULA DA SILVA À ÁFRICA

Para Visentini (2013) “o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos do governo, só superada pela América do Sul”. Por isso podemos encontrar a forte presença diplomática brasileira na África durante o mandato de Lula da Silva (2003-2010). Esta presença foi muito simbolizada e fortificada com a presença do então presidente Lula da Silva e de seu ministro de relações exteriores, Celso Amorim, que entram como agentes simbólicos que vieram dar mais ênfase à diplomacia brasileira nas suas relações Sul-Sul com os países africanos. Segundo esse autor, durante o seu primeiro mandato de quatro anos, o presidente Lula realizou cinco viagens à África, que resultaram na visita a dezessete países africanos, na qual assinaram vários acordos no âmbito econômico e político. (VISENTINI, 2013)

No tocante à questão estratégico-diplomática, de acordo com Visentini (2013) o presidente Lula fomentou a entrada dos negros afro-brasileiros no Instituto Rio Branco nos quadros diplomáticos para atender a sua estratégia Sul-Sul com os países africanos. Entendemos essa ação como umas das formas simbólicas que irá à primeira vista, demonstrar aos africanos que o Brasil tem negros no corpo diplomático do país e portanto isso quer dizer que a sua ligação com a África está baseada nas relações de irmandade de longa data com os africanos, como tem se referido várias vezes nos seus discursos. Só que para quem conhece a realidade brasileira vai perceber que isso não é o que acontece na prática: os negros no Brasil não têm o privilégio que deveriam ter por conta da pesada herança da escravidão. (VISENTINI, 2013)

Pode se perceber que o esforço do governo brasileiro de permitir a ‘entrada dos negros no corpo diplomático’ do país, é para mostrar que o Brasil tem tanto brancos como negros brasileiros nos lugares importantes de tomada de decisão no país, o que desta forma reflete no imaginário dos africanos que o país não distingue o branco do negro, só que essa política começa no governo Lula porque este queria construir capitais simbólicos para legitimar as suas ações.

Para tanto, essas visitas continuaram no segundo mandato do presidente Lula com o mesmo intuito de fortalecer essa relação, tanto no âmbito bilateral como multilateral, com os países africanos, criando o Brasil mecanismos para obter mais apoio dos africanos, quer para obter vantagens na barganha internacional, quer para fortalecer a sua economia

através das rodadas de negócios promovidas e apoiadas pelo Itamaraty e pelos empresários brasileiros, assunto que iremos tratar mais adiante. (VILLAS-BOAS, 2014)

## 2.7. O ATLÂNTICO SUL NA ESTRATÉGIA POLÍTICO-ECONÔMICA DO BRASIL

Continuando ainda no campo estratégico-político, abordaremos a importância do Atlântico Sul na cooperação do Brasil com os países africanos.

Para que serve então a Zona da Paz e da Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e qual é a sua importância para o Brasil?

A Zona da Paz e da Cooperação do Atlântico Sul a (Zopacas), é uma organização criada pela declaração denominada ‘resolução 41/11’ da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1986, como a proposta brasileira de ter o Atlântico Sul como uma zona de Paz e Cooperação que não irá permitir o desenvolvimento de bombas atômicas como aconteceu no Atlântico Norte. (GOMES DA COSTA, 2013)

Para Gomes da Costa (2013, p.2), os países integrantes desta zona são:

“Além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os ‘vizinhos’ sul-americanos (Argentina e Uruguai), quanto os da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo).” (GOMES DA COSTA, 2013, p. 2)

Então podemos perceber quão é importante a cooperação do Brasil com os países africanos. Primeiro porque o Atlântico Sul é formado majoritariamente pelos países africanos, o que implica que se não houver uma cooperação sólida entre o Brasil e estes países, quem saí perdendo mais, supomos, que é o Brasil, porque ele é o maior país em termos geográficos da região e pretende com ela conquistar o seu espaço na arena internacional. No âmbito econômico, o Atlântico Sul é de extrema importância porque facilita o transporte das mercadorias para o fomento do comércio entre as duas partes do oceano, sem falar dos seus recursos naturais, trazemos como exemplo, o tão cobiçado petróleo, peixes e hoje o pré-sal etc. No âmbito político o Atlântico Sul é muito estratégico, porque os acordos com os países africanos permitiram e poderão permitir que o Brasil tenha mais segurança naquele oceano, podendo controlar mais a sua costa e recursos marítimos. Eis algumas razões pelas quais o Brasil precisa muito do apoio dos africanos para se firmar na nova política internacional.

Para Gomes da Costa (2013),

“Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro.” (GOMES DA COSTA, 2013, p. 4)

Este trecho vem demonstrar mais uma vez que o discurso político de solidariedade que é usado muitas vezes nas relações do Brasil com a África, no qual o Brasil está ‘ajudando a África’, para nós é simplesmente um discurso simbólico. Nós entendemos que a África é que está ajudando mais o Brasil a conseguir os seus êxitos nacionais e internacionais. Isso não quer dizer que a África não se beneficie e não se desenvolva com as ações brasileiras, desenvolve-se sim, mas o Brasil tem mais a ganhar nas suas relações com os países africanos, porque para conseguir cumprir seus objetivos, o Brasil vai sempre precisar da colaboração dos países africanos.

## 2.8. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NAS AÇÕES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASIL-ÁFRICA

A discussão sobre o desenvolvimento de capacidades locais é abordada por Carlos Lopes e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Nesta ordem de idéias, as ações do Brasil na África, como alfabetização e formação profissionalizante, entre outras, são tidas como ‘desenvolvimento de capacidade locais’, porque servem para aumentar o nível de conhecimento dos nativos daqueles lugares.

Podemos ver esse discurso no texto do Banco Mundial (2011). Para essa organização, as relações de cooperação do Brasil com o continente africano é diferente daquela, por exemplo, com a China, porque o Brasil trabalha com os nacionais nas suas empresas e permite assim desenvolver as capacidades locais.

Neste ponto Carlos Lopes (2005), define o ‘desenvolvimento de capacidade’ no seu sentido lato como a busca para melhorar a *performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis da sociedade. (LOPES, 2005)

Percebe-se que Lopes fala da melhoria da “*performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis”, o que é pouco provável na cooperação Sul-Sul do Brasil com a África, porque o crescimento que se objetiva é o econômico e não verdadeiramente o humano.

O Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), por sua vez define o conceito de ‘desenvolvimento de capacidades’ como um processo mediante o qual as pessoas, organizações e sociedades obtêm, fortalecem e mantêm aptidões necessárias para estabelecer e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento ao longo do tempo. Ou seja, se as capacidades são os meios para planificar e conseguir o desenvolvimento, então a capacidade é o caminho para alcançar tais meios. (PNUD, 2009, tradução nossa)

O filósofo húngaro István Mészáros (2012) já dizia que o capital não tem mais condições de se preocupar com o aumento de consumo para benefício individual e social, mas sim se preocupa somente em aumentar a sua produção a qualquer custo, ou seja, vai utilizando as suas modalidades para a destruição das vidas das pessoas, em vez de se preocupar com as realizações de uma vida humana digna. (MÉSZÁROS, 2012)

Mészáros (2012) no seu livro “*Século XXI Socialismo ou Barbárie*” nos alerta ainda sobre a forma como foi concebida a penetração imperialista nas várias partes do mundo. Segundo este autor, devemos navegar na perspectiva histórica para entender tal situação, como mostra nesta citação:

“A penetração imperialista inicial das várias partes do globo foi comparativamente muito diferente da incomensuravelmente mais extensiva – e intensiva - penetração de algumas das principais potências capitalistas no resto do mundo ao longo das últimas décadas do século XIX. O contraste foi enfatizado por Harry Magdoff: ‘ o mesmo tipo de pensamento que aborda o conceito de imperialismo econômico, no sentido restrito de um demonstrativo de balanço, também confina o termo ao controle (direto ou indireto) de uma potência industrial sobre um país subdesenvolvido. Tal limitação ignora a característica essencial do novo imperialismo que surge no final do século XIX: a luta competitiva entre as nações industriais para conquistar posições dominantes com relação ao mercado mundial e às fontes de matérias-primas. A diferença estrutural que distingue o novo imperialismo do antigo é a substituição de uma economia em que muitas empresas competem por outra em cada setor industrial. Ademais, durante esse período, o avanço das tecnologias de transporte e comunicação e o desafio que as nações industriais mais novas (como a Alemanha) lançam à Inglaterra trouxeram duas características adicionais ao palco imperialista: a intensificação da luta competitiva na arena mundial e a maturação de um sistema capitalista verdadeiramente internacional. Sob tais circunstâncias, a competição entre grupos de empresas gigantescas e seus governos ocorre em todo o globo: nos mercados das nações adiantadas, bem como nos de nações semi ou não industrializadas.” (MÉSZÁROS, 2012, p. 38-39)

Nesta citação longa, o autor nos chama atenção para alguns pontos importantes que gostaríamos de destacar aqui. O primeiro tem a ver com o que ele aborda, que achamos interessante, que é a nova característica do imperialismo, nesse caso ‘a luta competitiva entre as nações industriais’ para conquistar as posições dominantes no mercado mundial. Cabe ressaltar que hoje em dia esta luta não é somente do grupo de países ditos ‘desenvolvidos’, mas também do chamado grupo de países ‘médios ou em desenvolvimento’, do qual o Brasil faz parte. Queremos dizer com isso que o Brasil está também à procura do seu espaço, utilizando um caminho diferente, porém não muito longe daqueles que os países desenvolvidos utilizaram para chegar aonde estão hoje. O outro ponto importante é a competitividade entre as empresas transnacionais, no caso brasileiro, sabe-se que existem muitas delas no continente, assunto que abordaremos mais à frente. Isso tudo demonstra que, quando se fala do desenvolvimento de capacidade local, deve se levar em consideração essa conjuntura do capitalismo internacional, que substituiu tudo que é humano pelo econômico.

O autor guineense Carlos Lopes (2005) sugere portanto que as iniciativas para o desenvolvimento de capacidades deveriam ocorrer em três níveis: o individual, o institucional e o social, como se vê nesta citação:

“No nível individual, capacidade é geralmente entendida como aptidões e habilidades. No nível institucional, capacidade é vista não apenas em termos de capacidades coletivas das pessoas que constituem a organização, mas também em termos de como as instituições são estruturadas, como elas operam e se relacionam com o ambiente mais amplo em que se inserem e por último, as capacidades sociais oferecem os tipos de oportunidades no setor público e/ou privado que permite a indivíduos e instituições expandir suas aptidões ao máximo.” (LOPES, 2005, p. 48- 49)

É importante destacar que o desenvolvimento de capacidades individuais hoje em dia é feito para fins específicos do capitalismo imperialista, porque, como se verifica, as pessoas são formadas especificamente para desenvolver um único tipo de trabalho ou seja desenvolvem um profundo conhecimento sobre um único assunto ou melhor são habilitadas com certas capacidades que não lhes permitem desenvolver mais, assim haverá maior divisão de trabalho para gerar mais empregos e produzir deste modo maiores lucros para os capitalistas. Em relação ao nível institucional, se observa que a lógica do desenvolvimento da capacidade individual é mais ou menos para entrar na estrutura maior que são as instituições, porque não pode haver uma instituição sem haver indivíduos que façam parte da mesma, sendo assim os indivíduos são parte das instituições, o que quer dizer que não pode haver um desenvolvimento de capacidade institucional sem um desenvolvimento de capacidade que não seja moldado e pensado na forma capitalista, ou seja, para haver um desenvolvimento de capacidade institucional, deve haver um verdadeiro desenvolvimento de capacidade individual livre, não alienado, para que se possam desenvolver as instituições e conseqüentemente as capacidades sociais que são, no nosso entender, os benefícios que poderiam sair de um desenvolvimento individual e institucional e por conseguinte que gerar reais benefícios para as populações.

Por isso que o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento PNUD (2009) alerta que, para que haja um verdadeiro desenvolvimento de capacidades, incluindo assim todos os seus níveis, isso se refere às verdadeiras transformações, que empoderam as pessoas, os líderes, as organizações e a sociedade no seu todo. E se algo não leva a uma mudança que seja generalizada, guiada e sustentada pelo beneficiário a quem está destinado, não se pode dizer que têm melhorado as capacidades, mesmo quando têm servido para um propósito válido de desenvolvimento. (PNUD, 2009, tradução nossa.)

Para finalizar, gostaríamos de dizer que o presidente Lula teve uma visão estratégica bem montada, porque ele e o seu elenco sabiam do afastamento do Brasil do

continente africano, que durou muito tempo, o que significa que não seria fácil a entrada brasileira no continente. Entretanto ele e sua *entourage* fizeram o caminho inverso, prepararam o caminho com discursos de solidariedade, enfatizando desta forma a Cooperação Sul-Sul, as relações históricas de irmandade com a África e depois de ter conseguido a aceitação entraram com o segundo plano, que era de obter apoio no âmbito diplomático e depois no âmbito econômico e político.

Resumindo, este capítulo tratou daquilo que denominamos de ‘interesses simbólicos’ que são as ações imprimidas pelos governos de Lula da Silva no continente africano para conseguir realizar os seus objetivos. Entre os principais elementos simbólicos estudados, podemos destacar aqui as visitas presidenciais, a criação da UNILAB, os discursos de solidariedade e de ajuda, a criação das organizações regionais e internacionais, entre outros. Consideramos todas essas ações de ‘interesses simbólicos’ porque carregam com elas os elementos simbólicos e suas forças de alienação e de dominação.

### **TERCEIRO CAPÍTULO: OS INTERESSES ECONÔMICOS NA COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASIL-ÁFRICA.**

Antes de mergulharmos no que se refere aos interesses econômicos do Brasil no continente africano, nos dois governos de Lula da Silva, seria bom examinar o contexto em que se deu essa aproximação do Brasil com o continente africano.

Como veremos mais à frente, o Brasil no período da nossa análise (2003-2010), mais precisamente nos dois mandatos do então presidente Inácio Lula da Silva, acelerou a internacionalização das suas empresas, tanto na América Latina, como no continente africano, de uma maneira provavelmente nunca vista anteriormente. (VILLAS-BOAS, 2014).

Foram criadas organizações que permitiram que o país obtivesse maior mobilidade internacional em vários campos, sobretudo no econômico, com vários acordos bilaterais e multilaterais, assinados na área do comércio com os países africanos; foram abertos departamentos e divisões para tratar especificamente da cooperação do Brasil com a África e organizadas rodadas de negócios nas quais muitos empresários brasileiros foram levados a investir no continente africano através de créditos cedidos às empresas brasileiras na ocasião, com vistas ao desenvolvimento econômico do Brasil. (VISENTINI, 2013; VILLAS-BOAS, 2014).

Essas e outras ações permitiram com que os dois governos de Lula da Silva conseguissem aumentar a balança comercial entre o Brasil e o continente africano, o que iremos mostrar mais adiante. Vamos agora, estudar este capítulo mais detalhadamente.

O que chamamos nesta pesquisa de ‘interesses econômicos’ faz parte daquilo que Pierre Bourdieu (2012) chama de ‘interesses simbólicos’ que inclui também o econômico. Só que nós optamos por separá-lo aqui por razões de ordem pedagógica e metodológica, para poder perceber essa cooperação. Ou seja, para Bourdieu (2012) o econômico faz parte daquilo que ele chama de interesses simbólicos.

Ora bem, o Brasil nos dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010) imprimiu a procura pelos mercados e produtos africanos, principalmente através da internacionalização de suas empresas naquele continente, procurando ampliar as suas ações principalmente com os países que têm muitos recursos naturais e minerais, (petróleo, diamantes, ouro, etc), como por exemplo, Angola, Nigéria, África do Sul, Moçambique, Argélia, Egito, Marrocos, entre outros países da África. (VILLAS-BOAS, 2012)

Isto porque o país se sentiu desafiado ao afirmar sua presença nos mais altos lugares de decisões internacionais e por ser um país com vasto território e grande população. (HELENO, 2014)

O intelectual alemão Max Weber (2012) chamava atenção para os interesses capitalistas que podem estar envolvidos distintamente na propagação de determinada ação social.

A ação social, para o autor acima citado, seria aquela ação na qual pode haver omissão ou tolerância, mas que é orientada pelos comportamentos dos outros, podem ser comportamentos passados, presentes ou mesmo futuros. Ou seja, trata-se daquele comportamento recíproco referente a seu conteúdo de sentido, que engloba uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa linha. A ação social consiste, portanto, exclusivamente, na possibilidade de haver socialmente uma forma de ação orientada pelo sentido. (WEBER, 2012, p. 16)

Segundo Weber (2012), podemos determinar a ação social:

“1) De modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado. (WEBER, 2012, p. 15)

Para nós, a relação Sul-Sul do Brasil com os países africanos passa precisamente pelas ações de fins que passam por uma iniciativa de inserção no mercado africano, com objetivos próprios de se afirmar como uma nova potência. Isso que Weber denomina de ação ‘econômicamente orientada.’ Para ele, essa ação tem um sentido visado, que é orientada para satisfazer os desejos de obter certas utilidades. Tem também o lado de valores éticos e religiosos, o lado afetivo da irmandade com o povo africano mencionada nos discursos políticos e o modo tradicional que se refere basicamente ao destino comum por sofrer a colonização como os africanos. Isso quer dizer que a relação do Brasil com o continente está fortemente ligada aos modos de ação social citados aqui.

Weber (2012) chama ainda atenção sobre as políticas racionais. Conforme este autor toda ‘política’ racional serve-se da orientação econômica em seus meios e toda política pode pôr-se a serviço de ‘fins econômicos.’ O que acontece também com a economia. Isto significa que a nossa economia moderna, em nossas condições modernas,

precisa da garantia do poder de disposição pela coação jurídica do Estado, isto é, pela ameaça de eventuais medidas coativas para garantir a manutenção e aplicação dos poderes de disposição formalmente ‘legítimos’. (WEBER, 2012, p. 38)

Entendemos que o Brasil não foge dessa regra, querendo ser uma potência no mundo quer queira quer não, vai imprimir de qualquer forma a sua expansão econômica nacional e internacionalmente.

Mészáros (2012) nos chama atenção para a tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais a serviço do imperialismo capitalista no mundo. Para este autor existe

“Controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de planejamento em todas as formas concebíveis do sistema do capital); e contradição entre a regulação econômica e política de extração e sobre o trabalho.” (MÉSZÁROS, 2012, p.19-20)

Percebe-se nesta citação a crítica imprimida por este autor a contradições do atual capitalismo, porque o capitalismo de hoje se preocupa em controlar o capital internacional e para conseguir isso, tende a regular a vida econômica e política dos estados nacionais.

Max Weber (2012) vai ainda mais longe argumentando que desde o surgimento do capitalismo, até os nossos dias, o campo de ação principal da aquisição capitalista encontrou e encontra os seus ganhos através de ações ‘imperialistas’, obtidas pelas relações com o poder político como tal, e hoje em dia este campo volta a deslocar-se progressivamente naquela direção. (WEBER, 2012)

Por outro lado, Mészáros (2012) destaca os Estados Unidos como o país que assumiu e controla o sistema do capital hoje em dia, limitando a competição das empresas gigantescas e suas *démarches* neste sistema.

Porém, é importante lembrar que o Brasil através da sua coligação com os BRICS, conseguiu realizar importantes conquistas no âmbito econômico no continente africano, no período da nossa análise, como veremos adiante.

Entra aqui precisamente a questão da criação da ‘comunidade étnica’ que havíamos abordado no capítulo anterior. Para Weber, as comunidades entram precisamente para permitir a evolução das relações econômicas. Segundo esse autor, por um lado, há grande possibilidade de que as economias sejam influenciadas pelas comunidades. Por outro lado, é muito grande a possibilidade de influenciar a vida

econômica através dessas comunidades, além do mais, essas comunidades podem criar rendas enormes por meios coativos e dispor delas, de modo que, direta ou indiretamente, os maiores ganhos são obtidos por seu intermédio: diretamente, por aceitação de serviços pagos ou pela antecipação de rendas, e indiretamente, pela exploração de objetos politicamente utilizados. (WEBER, 2012).

Passaremos agora a falar dessas organizações que formam a referida ‘comunidade’, as organizações regionais e internacionais que o Brasil criou e ajudou a criar para fomentar o comércio, os investimentos e para impulsionar sua economia, entre as principais temos: MERCOSUL, G20, IBAS, CPLP, BRICS, entre outras e as respectivas parcerias regionais e internacionais, que atuam para facilitar as relações econômicas e políticas.

### 3.1. AS RIQUEZAS NATURAIS AFRICANAS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO AFRICANO NO SÉCULO XXI

É sabido que o continente africano teve um rápido crescimento econômico no final do século XX e no início do século XIX, o que motivou o investimento estrangeiro no continente.

Segundo Júlia Covre Villas Boas (2014) a África

“...é um continente rico em recursos naturais, com 12% das reservas mundiais de petróleo, 40% das reservas de ouro, com 80% a 90% das reservas de cromo e platina do mundo, 60% das terras aráveis do mundo, vastos recursos de madeira e outros recursos naturais e minerais estratégicos.” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 87)

O continente africano é detentor de vastos recursos naturais e minerais de extrema importância para o desenvolvimento tecnológico e científico do mundo, entre os principais recursos podemos citar diamantes que são encontrados em países como Angola, Botsuana, Rep. Centro-Africana, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Costa do Marfim, Libéria, Namíbia, Serra Leoa, Tanzânia e África do Sul. O petróleo foi descoberto em Angola, Benin, Camarões, Congo (Brazzaville), Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, (grifo nosso), Gabão, Nigéria, Sudão, Uganda e Chade. O ferro é encontrado na Nigéria, Guiné, Libéria, Mauritânia, Níger, Senegal Serra Leoa, Sudão e Tanzânia. O ouro se encontra no Burundi, o Congo (Kinshasa), Eritreia, Etiópia, Gana, Mali, Namíbia, Ruanda, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Burkina Faso. O cobre se encontra na Eritreia, na Mauritânia, na Namíbia, no Sudão, no Congo (Kinshasa), Uganda e Zâmbia. O fóstato existe em países como a Guiné-Bissau, Mali, Senegal, Togo e Tanzânia. O manganês se encontra em países como Burkina Faso, Costa do Marfim, Gabão e Gana. O chumbo se encontra em Zâmbia. O carbonato de sódio fica no Quênia. O grafite se encontra em Madagascar. O calcário fica em Barkina Faso, no Quênia, em Malawi e no Togo. O estanho se encontra na Nigéria, Tanzânia e Ruanda. O cromita fica em Madagascar. O columbita na Nigéria. O urânio na Guiné. O gesso na Mauritânia, o titânio em Moçambique. O zinco em Eritreia e no Congo (Kinshasa). A bauxita se encontra em Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Madagascar e Serra Leoa. O carvão fica em Níger, em Madagascar, em Moçambique, na Suazilândia e em Zimbábue. O cobalto no Congo (Kinshasa), na Uganda e em Zâmbia. O cromo fica na África do Sul e em Zimbábue. O alumínio se encontra em Camarões, entre muitas outras riquezas não mencionadas aqui (VILLAS-BOAS, 2014, p.94-95).

Além dessas riquezas naturais que aqui enumeramos existe a agricultura, economia da maioria da população que se encontra na África Subsaariana. Cerca de 60% - 80% da população vive da agricultura, o que implica que a produção doméstica não cobre as necessidades alimentícias dessa população, mas entretanto abre as portas para uma forte gama de investimentos na área da agricultura a fim de vender esses produtos agrícolas produzidos na África para essa mesma população. Podemos aqui citar um exemplo do programa PROSAVANA que está sendo executado pelo Brasil, Japão e o país receptor, Moçambique, no qual a população está se queixando muito, pelo fato do programa não estar beneficiando essa população e sim privilegiando a produção industrial para o mercado de consumo.

Esses dados podem provar a importância que o continente africano tem para o desenvolvimento das tecnologias de ponta nos países desenvolvidos, entre os quais o Brasil, o qual entra também como potência média e conseqüentemente como um novo doador de cooperação para o desenvolvimento, mas também entra desta forma na corrida pelos recursos naturais africanos, como os países do norte fizeram e estão fazendo com o continente, explorando os recursos naturais da África para o desenvolvimento dos seus países.

Outro fator que levou à forte presença brasileira na África tem a ver com o crescimento econômico africano no início do século XXI, o que vamos passar a ver agora.

Para Villas-Boas (2014), “o continente africano tem um forte crescimento na sua economia no início do século XXI, com um crescimento médio em torno de 5%, sendo responsável por 6 entre os 10 crescimentos mais rápidos da primeira década do século atual”. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 87).

A mesma autora aponta outros fatores que impulsionaram o crescimento econômico africano, além das indústrias extrativas e do elevado preço das *commodities*, que são a presença dos investidores dos outros setores da economia, tais como o varejo, os transportes, os meios de telecomunicações, as manufaturas e sobretudo a melhoria dos marcos legais da governança nos países africanos. Estes fatores e muitos outros permitiram um forte investimento dos africanos na África e principalmente com a forte presença dos BRICS, do qual o Brasil faz parte.

É importante frisar que este crescimento africano, segundo Villas-Boas (2014) “ocorreu principalmente com a tomada de consciência dos africanos sobre o que estava acontecendo na África, o chamado Renascimento Africano”. Para esta autora, o conceito de ‘renascimento africano’ permitiu com que os africanos tomassem a consciência do que

estava acontecendo no interior do continente, em relação ao comércio interno no continente e felizmente esse movimento difuso foi percebido em vários países africanos, o que fez com que os africanos começassem a acreditar no desenvolvimento econômico do continente.” (VILLAS-BOAS, 2014, p. 87)

Agora, passaremos a abordar aquilo que chamamos de ‘interesses econômicos’ do Brasil na sua Cooperação Sul-Sul com a África.

### 3.2. AS ESTRATÉGIAS BRASILEIRAS NO CAMPO ECONÔMICO

Relacionando tudo que já falamos até aqui com aquilo que vamos dizer agora, vamos poder se não provar a nossa hipótese, pelo menos chamar atenção dos agentes dessa cooperação. Fazendo uma profunda análise sobre tal cooperação, podemos perceber o porquê do Brasil escolher algumas regiões ou países para cooperar e não escolher outros países.

Na tentativa de responder a essa pergunta Villas-Boas (2014), na sua dissertação de mestrado afirma que “a maior parte dos investimentos brasileiros se encontram na África Austral”, ou seja, África do Sul, Angola e Moçambique, esta zona de continente é considerada a mais rica, levando também em consideração a importância estratégica da rota do Cabo, uma via marítima que une o Oriente ao Ocidente- acrescentando-se a importância da Nigéria que fica na África Ocidental, que junto com Angola são responsáveis por 80% do petróleo produzido na África Subsaariana. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 93)

Essas informações reais nos permitem perceber a importância da cooperação Sul-Sul entre o Brasil e os países africanos, que muitas das vezes é encoberto no discurso da solidariedade e esquece o lado estratégico e sobretudo econômico, que ao nosso ver são mais importantes que os discursos de solidariedade.

Para tanto, as relações econômicas do Brasil com a África no mandato de Lula da Silva, começaram a ser construídas com a criação das organizações econômicas regionais, para facilitar e promover o intercâmbio econômico entre os vizinhos ribeirinhos.

Como um dos exemplos, podemos mencionar os acordos no âmbito econômico entre o Brasil e as organizações sub-regionais do continente africano.

De acordo com Gomes da Costa (2013), “em Abril de 2009, a Southern African Customs (SACU) e o MERCOSUL assinaram um acordo comercial preferencial em Lesotho para facilitar o comércio e os investimentos em ambas as regiões”. Vale lembrar que este acordo foi assinado em 2004 e estava faltando a sua execução por partes dos governos. (COSTA, 2011)

Segundo Visentini (2013), este acordo foi assinado para permitir o livre comércio entre os países da América Latina e os países que fazem parte desta organização. (VISENTINI, 2013, p. 134).

Katarina Pereira da Costa (2011) nos surpreende ao mostrar que naquele acordo assinado, foram definidas as preferências para 958 produtos (concedidas pelo MERCOSUL) e 951 produtos (concedidas pela SACU).

Esses acordos vão permitir que o Brasil aumente a sua mobilidade de cooperação internacional e conseqüentemente tire o maior proveito possível da mesma. Por isso Jean Paul de Gaudemar (1977) em seu livro a “*A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*”, define este conceito como sendo

“...a condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento. Assim, é nos países mais desenvolvidos que se observa a maior mobilidade, [...] ou seja, a mobilidade da força de trabalho conduz imediatamente às condições de existência do capitalismo, que são a produção das forças de trabalho, a sua utilização no processo de produção, a sua circulação entre as diferentes esferas de atividades.” (GAUDEMAR, 1977, p. 192)

Isto quer dizer que, o uso da mobilidade nos acordos regionais e internacionais, permitiria que o Brasil conseguisse uma maior realização do seu capitalismo no continente.

A outra organização importante que gostaríamos de trazer é a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa CPLP, organização fundada em 1996, que tem viabilizado a entrada do Brasil no continente africano, através dos PALOPs países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe, principalmente através de Angola na África Ocidental e Moçambique na África Oriental. O Brasil nos governos Lula assinou vários acordos principalmente no âmbito econômico com a forte presença das empresas brasileiras nestes dois países africanos. (VISENTINI, 2003, P. 125-135)

Para Max Weber (2012) os interesses capitalistas são desde sempre articulados com interesses de criação das comunidades polítlitas. Porque como já vimos o Brasil pretende criar uma espécie de comunidade identitária com os países africanos que falam português, nesta linha está criando mecanismos para poder se inserir mais no continente. (WEBER, 2012)

Segundo Weber (2012), as comunidades, no caso presente a CPLP, têm grande probabilidade de influenciar a vida econômica desses países, que com isso podem produzir rendas enormes por meios coativos e dispor delas, direta ou indiretamente, assim como obter maiores ganhos através dessas ações, “diretamente, por aceitação de serviços

pagos ou pela antecipação de rendas e indiretamente, pela exploração de objetos politicamente utilizados”. (WEBER, 2012, p. 235)

A respeito disso Weber (2012) observa:

“Na antiguidade e nos inícios da época moderna o campo de ação principal da aquisição capitalista encontrou-se em tais ganhos “imperialistas”, obtidos pelas relações com o poder político como tal, e hoje em dia este campo volta a deslocar-se progressivamente naquela direção. Toda expansão da área de poder de semelhante comunidade aumenta então as oportunidades de ganho dos interessados em questão.” (WEBER, 2012, p. 235)

Visentini (2013) classifica as ações brasileiras no continente africano de,, ‘imperialismo *soft*’, ou seja, um imperialismo diferenciado daquele dos colonizadores, mas que tem a sua forma mais leve de penetrar no continente.

Os autores como Mônica Dias Martins e Maurício Gurjão Bezerra Heleno (2011) analisando o relatório de Banco Mundial (2013), destacam os agentes utilizados pelo governo brasileiro na Cooperação Sul-Sul para penetrar no continente. Segundo eles, esse relatório

“...menciona, a colaboração da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) no âmbito das inovações tecnológicas e difusão tecnológica, a participação do SENAI no segmento de capacitação técnica para o aprendizado industrial e as atividades da Fiocruz voltadas para a medicina tropical e para a construção de um laboratório, em Moçambique, responsável pela produção de medicamentos genéricos contra o vírus HIV.” (DIAS MARTINS; HELENO, 2011, p. 6).

Ora bem, está se falando de agentes como a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), está se falando do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) pesquisador dos medicamentos de doenças tropicais. Nota-se que esses agentes ou empresas servem unicamente para criar mecanismos que permitem que o Brasil consiga atingir os seus objetivos de conquistar o mercado africano. Sabemos que a produção que está sendo feita até agora no continente, tem sido criticada e denunciada pelas sociedades civis africanas, exemplo disso é o programa PROSAVANA. As atuações do SENAI são também para criar a mão de obra especializada para atender às necessidades das empresas brasileiras e por último a FIOCRUZ investe nos medicamentos tropicais para vender no mercado africano, portanto concordaríamos com Visentine em chamar essas ações de ‘imperialismo *soft*’. Para tanto, o discurso político brasileiro inaltece o fato de que o país não condiciona os países receptores, porém Bourdieu (2012) chama isso de ‘violência simbólica’.

Quanto às outras ações, podemos destacar as feiras ou rodadas de negócios internacionais apoiadas pelo Ministério Exterior do Brasil, para conhecer e assim tentar conquistar o mercado africano.

Nesse sentido é que Villas-Boas (2014) comenta que as feiras internacionais de negócios são ferramentas importantes para, em primeiro lugar, conhecer o mercado que se pretende investir e conquistar e em segundo lugar, servir como um meio de obtenção de informações suficientes sobre o lugar onde se quer investir, conhecer os concorrentes potenciais e criar deste modo um canal de contactos com os clientes locais, conhecendo igualmente os possíveis fornecedores e parceiros locais que possam auxiliar as empresas brasileiras a desenvolver suas atividades da melhor forma possível. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 59)

A mesma autora salientou ainda que essa política não foi uma prioridade da política externa do governo Lula, porque essas feiras aconteceram já no final do seu mandato, enquanto que as empresas brasileiras já tinham se instalado no continente alguns anos antes e já estavam muito avançadas em suas atividades. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 60)

Eis as feiras internacionais realizadas e apoiadas pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), nos cinco países do continente africano durante os mandatos de Lula da Silva.

- “a) África do Sul – Africarail 2009 e Feira Internacional da Cidade do Cabo 2009.
- b) Angola – “Constrói Angola 2008” – Feira Internacional da Construção Civil, Obras Públicas e Segurança e a Filda 2009 - Feira Internacional de Luanda.
- c) Burkina Faso – Feira Internacional do Artesanato – SIAO 2010.
- d) Mali – Feira Internacional de Bamako 2010 e Feira do Cinquentenário da Independência do Mali 2010.
- e) Zimbábue – Feira Mundial de Viagens e Turismo da África 2010” (VILLAS-BOAS, 2014, p.60)

Villas-Boas (2014) salientou ainda que essas não foram as únicas feiras realizadas no período no continente africano, houve outras realizadas pela FILDA ( Feira Internacional de Luanda) na qual o governo Brasileiro dava apoio às empresas brasileiras para participarem, com um auxílio no custeio das mesmas, tornando assim as suas participações mais baratas. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 60)

De acordo com a mesma autora, o governo não dava esse apoio sem nenhuma troca, ele impunha alguns critérios que essas empresas beneficiárias deveriam cumprir para obter esse auxílio, o que importava em identificar as áreas prioritárias em que as empresas deveriam investir e que iriam também beneficiar o governo brasileiro. Essas áreas estratégicas eram: o setor de alimentos e bebidas, o setor de construções das casas,

o setor de maquinárias e equipamentos, e o setor de serviços. (ALVES, 2013, *apud* VILLAS-BOAS, 2014, p. 60)

É nessa linha que a Agência Brasileira de Exportação (APEX) vem fomentando e promovendo ações para que as pequenas e médias empresas brasileiras possam também investir no continente. Podemos citar aqui um exemplo de uma das feiras de negócio realizada em São Paulo no ano 2010, no qual as empresas brasileiras e africanas assinaram contratos de negócios no valor de US\$ 25 milhões, em setores como alimentos e bebidas, confecções e calçados, setor automotivo, produtos eletrônicos, moradia, construção e cosméticos. (RELATÓRIO DE BANCO MUNDIAL, 2010)

Essas e outras ações levadas a cabo pelos governos Lula, viabilizaram de certa forma aquilo nós chamamos de ‘preparação do caminho’ para que Brasil pudesse instalar as suas empresas no continente, criando assim a oportunidade para o empresariado brasileiro de investir no continente e enviar o dinheiro para o Brasil e conseqüentemente com esse dinheiro ajudar no desenvolvimento do Brasil, através de uma distribuição daquela renda entre as classes mais baixas do país, reduzindo desta forma a desigualdade social, o que o governo Lula fez no Brasil através de alguns programas como a Bolsa Família, as Cotas nas Universidades e outros programas não mencionados aqui.

### 3.3. PRESENÇA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA NOS GOVERNOS DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.

Com o ‘desconhecimento’ dos brasileiros em relação à África até o início do mandato de Lula da Silva, parecia impossível que as empresas brasileiras obtivessem lucros e ganhos investindo na África, isto por causa das imagens negativas produzidas no Brasil durante séculos sobre os africanos e o seu continente, o que de certo modo fez com que os empresários brasileiros tivessem dúvidas em investir no continente. Mas com a visão e sobretudo o carisma do presidente Lula, que percebeu a importância do continente para o crescimento brasileiro e com ações simbólicas bem montadas e realizadas que foram as várias visitas realizadas em conjunto com os investidores, descobrindo assim as oportunidades, essas empresas dentro de curto espaço de tempo, produziram lucros inimagináveis no continente e agora estão mais que nunca engajadas no investimento no continente africano.

As primeiras empresas brasileiras tiveram as suas presenças na África no ano de 1970, a convite do presidente Agostinho Neto. O Brasil implantou a Petrobrás em Angola, mas as empresas privadas só chegaram ao continente nos anos de 1980, uma década depois da estatal Petrobrás. (VILLAS BOAS, 2014, p. 43)

Mesmo com a chegada da Petrobrás nos anos da independência dos países africanos de expressão portuguesa, não houve uma forte presença em termos de investimento no continente. Somente a partir do ano 2001 até, e inclusive, o mandato de Lula da Silva, houve forte presença brasileira na África, com investimento em várias áreas, principalmente minerais, construções e comércio.

Segundo Villas Boas (2014), “o investimento externo direto do Brasil neste período (2003-2010) saiu de US\$ 69 bilhões para US\$ 214 bilhões, no qual o ano de 2008 teve o ápice dos fluxos de investimentos brasileiros no continente africano”.

Estes números podem mostrar o quanto o continente africano se tornou importante para o comércio exterior do Brasil, abrindo espaço para investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil, tais como as áreas petrolífera, mineral, comercial, educacional além da área da agrícola e da saúde.

Para Visentini (2014) esta presença brasileira está mais ligada à questão estratégica e econômica que o Brasil tem em relação à África, por causa do apoio africano

necessário para aumentar a sua projeção na arena internacional e afirmá-lo como nova potência média com os seus objetivos e esperanças quanto à reforma do Conselho de Segurança da ONU e consequente obtenção de um assento na nova configuração da mesma. (VISENTINI, 2014)

Segundo Katarina Pereira da Costa (2011) o comércio bilateral entre o Brasil e a África é o principal vector das relações econômicas entre o Brasil e o continente africano. Enquanto que, para Banco Mundial (2010), o comércio do Brasil com o continente africano cresceu de US\$ 4 para US\$ 20 bilhões no período que vai do ano 2000 a 2010. O que permitiu que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criasse medidas para financiar e conceder empréstimos para exportações brasileiras no continente a fim de promover o comércio entre as duas partes do oceano. De acordo com o mesmo relatório, o governo brasileiro criou outras iniciativas e programas, como por exemplo o ‘programa integração com a África’ que resultou no desembolso de R\$477 milhões em 2008 e em 2009 o valor aumentou para R\$ 649 milhões. (RELATÓRIO DE BANCO MUNDIAL, 2010)

É interessante mostrar que o comércio entre o Brasil e o continente africano teve um volume de aumento no mandato de Lula da Silva (2003-2010) que nunca se viu na história das relações econômicas entre o Brasil e a África.

Para Costa (2011) o comércio entre o Brasil e África no triênio 2007/2009 registrou uma média anual de US\$ 20,6 bilhões, que em comparação com o triênio 2000/2002 foi quase quatro vezes maior em relação ao triênio de 2000/2002, que tinha o valor de US\$ 5, 3 bilhões.

É bastante pertinente salientar que, segundo Villas-Boas (2014), as empresas brasileiras foram para o continente africano no período da nossa análise, com dois propósitos a saber: a ‘busca de mercado e a busca de recursos’. Conforme a autora citada, as principais empresas que atuaram no continente africano nos governos de Luís Inácio Lula da Silva são: “Vale, Marcopolo, Marfrig, Petrobras, Odebrecht, Costa Negócios, Rede Globo, Rede Record, Brafrikon, Stefanini, Totvs/Microsiga, Furnas, Camargo Correa, Random, Votorantin, ARG Engenharia, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão”. (VILLAS-BOAS, 2014, p. 123)

### 3.4. AS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS RELATIVAS AO CONTINENTE AFRICANO NOS MANDATOS DE LULA DA SILVA (2003-2010)

Para Costa e Veiga (2011, p. 08) “em 2000/2002, a África respondia por 3,4% das exportações e por 5,7% das importações brasileiras, participações que, em 2007/2009, cresceram para 5,5% e 7,9%, respectivamente”.

Este comércio do Brasil com o continente africano se encontrava fortemente em três das cinco regiões do continente africano, nomeadamente a África do Norte, a África Ocidental e a África Austral. A participação das regiões Oriental e Central não acompanhava as três primeiras regiões mencionadas acima, porém tem crescido muito ultimamente. (COSTA; VEIGA, 2011).

Para Costa e Veiga (2011) as principais regiões das exportações brasileiras para o continente africano no triênio 2007/2009 são a região Norte, Sul e a região Ocidental da África. Essas regiões respondiam por seguintes percentagens. A Região Norte 32,4%, Região Ocidental 29,2% e a Região Sul 31, 2%. (COSTA; VEIGA, 2011)

E aí nós questionamos, em primeiro lugar, por que uma região tem maior percentagem de exportações do que outras? Em segundo lugar, por que algumas regiões são mais privilegiadas do que outras?

Para responder a essas indagações, vamos trazer aqui algumas contradições do capitalismo que o intelectual húngaro István Mészáros (2012) expõe. Para este autor, algumas contradições que o capitalismo apresenta são: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio, entre outras. Vamos analisar algumas delas: produção e consumo, produção e circulação e competição e monopólio. Por exemplo, sabe-se que todos os produtos produzidos precisam ser consumidos, circular nos mercados para serem comprados e consumidos, o que gera uma competição entre as empresas detentoras desses produtos, havendo conseqüentemente uma maior procura das empresas mais fortes para monopolizar os produtos nos mercados e criar assim uma hegemonia no mercado e a partir daí, permitir que o capitalismo continue a se reproduzir. Neste caso estamos falando da mobilidade internacional do capitalismo do estado.

Esse relato nos leva a formular a idéia de que a seleção de algumas regiões africanas por parte do Brasil para exportar os seus produtos, traria todas essas

contradições que acabamos de apontar agora e que vão ser reproduzidas pelos africanos, entrando na naquilo que Pierre Bourdieu (2012) denomina de ‘poder simbólico’. Portanto essas exportações para alguns países e não para outros, comprovam os verdadeiros interesses brasileiros naqueles países, por isso algumas regiões recebem mais exportações que outras.

Vejamos o que Costa e Veiga (2011) nos mostram:

“No *ranking* dos principais países de destino das exportações brasileiras, quatro países tiveram, em 2008/2010, participação superior a 10%: Egito (17,2%), África do Sul (15,4%), Angola (15,2%) e Nigéria (12,4%). Entre os dez principais destinos das exportações brasileiras na África, no triênio, encontram-se cinco países da Região Norte (dois deles nas cinco primeiras posições), quatro da África Ocidental (dois entre os cinco primeiros), e um da Região Sul. Embora haja alterações nas posições de vários países quando se comparam os rankings de 2000/2002 e 2008/2010, nove dos dez países presentes no *ranking* do segundo triênio encontravam-se também no do primeiro, revelando uma significativa estabilidade na distribuição espacial das exportações brasileiras entre os dois triênios”. (COSTA E VEIGA, 2011, p. 9)

De acordo com esses autores, o Brasil concentra a sua exportação nos países que seleciona para a sua exportação. Como os dados comprovam, “no triênio 2008/2010, os três principais mercados respondiam por 48% das exportações brasileiras, os cinco primeiros por 68% e os dez primeiros por 85%”. (COSTA E VEIGA, 2011, p. 9)

No triênio 2008/2009 65,6% das exportações brasileiras para o continente correspondiam a produtos manufaturados e esse percentual representa um valor de US\$ 5,3 bilhões. Isso demonstra que o Brasil exportava muito os seus produtos manufaturados para vender aos africanos, 26,2% correspondiam às exportações de bens básicos e 17% correspondiam a semimanufaturados das vendas externas brasileiras para a África. (COSTA E VEIGA, 2011)

Os principais produtos de bens de capital exportados para o continente são as máquinas e equipamentos, ônibus, caminhões e veículos comerciais leves, contando com as suas partes e peças. E o valor de exportação de bens de capital subiu de US\$ 217 milhões em 2000/2002 para US\$ 1,2 bilhão em 2008/2010. (COSTA E VEIGA, 2011)

Como os dados mostram, houve um crescimento bastante relevante no período da nossa análise o que desmente o discurso de solidariedade, porque o interesse econômico do Brasil era muito grande, como os números comprovam.

Outros produtos que nos ajudam a provar nossa hipótese nas exportações brasileiras no continente africano no período de 2008/2010 são: açúcar e produtos de confeitaria, carnes, automóveis e suas peças e acessórios, como se pode ver. Açúcar e produtos de confeitaria 26,5%, Carnes 12,2%, Automóveis e suas peças e acessórios 9,6%. (COSTA E VEIGA, 2011)

Como se pode ver nas porcentagens, esses produtos são muito utilizados no mercado africano, estamos falando do consumo de açúcar, carne, automóveis e suas peças e acessórios, que segundo os autores acima citados, no caso de açúcar e produtos de confeitaria, as exportações chegaram a US\$ 574 milhões, o que corresponde a 27% do total exportado pelo Brasil para o mundo no período de 2008/2010. (COSTA E VEIGA, 2011)

É de salientar também que outros produtos que merecem destaque aqui e que são analisados por Costa e Veiga são os cereais, que têm um aumento enorme em termos de números em dinheiro. No triênio de 2000/2002 as exportações desses produtos eram apenas de US\$28 milhões e passaram para 410 milhões no triênio de 2008/2010. (COSTA E VEIGA, 2011)

Os produtos manufaturados de origem agropecuária (açúcar, carnes, cereais, gorduras, óleos animais e vegetais) têm um grande peso na pauta das exportações brasileiras para África, por corresponderem a 44% das exportações brasileiras no triênio 2008/2010. (COSTA E VEIGA, 2011)

Vamos ver agora as políticas de importações brasileiras durante o mesmo período da nossa análise.

No que se refere às importações brasileiras realizadas dos países africanos nos mandatos do ex-presidente Lula da Silva, estas se concentraram nas três regiões nas quais as exportações brasileiras tinham também se concentrado, nomeadamente a Região Ocidental, a Região Norte e a Região Sul. (COSTA E VEIGA, 2011)

De acordo com Costa e Veiga (2011) a Região Ocidental foi o principal parceiro brasileiro no que se refere às importações. Esta Região fornecia o petróleo a partir de países como Nigéria e Angola, que respondiam por 47% das importações brasileiras, o que superava a participação da Região Norte que respondia por 35% e a região Sul por 14,7%. Para Costa e Veiga (2011) estas três regiões respondiam em conjunto por 97%

das compras brasileiras no continente no último triênio de 2008/2010. Em comparação com as Regiões Centrais e Orientais, as importações foram quase que insignificantes com 3% apenas. (COSTA E VEIGA, 2011, p. 14)

Isso demonstra que, a lógica de exportação é a mesma da importação por parte dos governos de Lula da Silva, por isso que, as importações brasileiras se concentraram nos seguintes países: o primeiro país com mais importações é a Nigéria com 49% dessas importações; o segundo país é Argélia com 17,6% das importações; o terceiro e o quarto país, Angola e Líbia respectivamente, países dos quais o Brasil importa uma boa quantidade de petróleo e por último o Marrocos, um importante fornecedor de adubos e fertilizantes para o Brasil. (COSTA E VEIGA, 2011)

É interessante notar que as importações brasileiras são concentradas mais em alguns países do que as suas exportações. Isto significa que o Brasil importa do continente africano somente alguns produtos, principalmente minerais e exporta vários dos seus produtos para muitos países africanos.

Segundo Costa e Veiga (2011) os três primeiros países no *ranking* das importações brasileiras da África, no caso Nigéria, Argélia e Angola são responsáveis por 75% de participação no total, os cinco primeiros do *ranking* são responsáveis por 87% e os dez primeiros são responsáveis por mais de 99% das importações brasileiras do continente.

Sabendo que o continente africano tinha 53 países e agora está com 54, como é que 10 países podem responder por 99% das importações? E os outros 43 países, o Brasil não poderia importar deles? Ou não tinham recursos para serem importados, por isso ficaram com 1%? Para entender isso, é interessante analisar os produtos que o Brasil importa da África.

As importações brasileiras do continente por fator agregado no triênio de 2008/2009 foram de 11,8 bilhões, o que equivale a 75,2% de produtos básicos. E o resto se concentra em bens manufaturados que correspondem a 32,2% do total. (COSTA, 2011)

Em relação à categoria de uso, as importações brasileiras se concentram em combustíveis, com 85% em 2008/2010 e o restante 15% se refere a bens intermediários. (COSTA, 2011)

1No tocante a produtos por capítulo da Nomenclatura Comum de Mercosul (NCM),<sup>1</sup> o principal item dessa pauta correspondeu a petróleo e derivados. Para Costa (2011) esses produtos respondiam por 85,4% do total importado pelo Brasil no continente e correspondiam a 36% do total importado do mundo. E o segundo item mais importante foram os adubos e fertilizantes com 5%. (COSTA, 2011)

Portanto esses dados mostram que os interesses brasileiros com relação a produtos como petróleo, que servirá para sustentar a indústria brasileira e a energia do país e adubos e fertilizantes, que servirão para aumentar a produção agrícola dos alimentos tanto para o consumo nacional brasileiro como para a exportação para o mundo, principalmente para o mercado consumidor africano.

Em síntese, este capítulo está dividido em duas partes, na primeira parte abordamos as exportações brasileiras para o continente africano no período de 2002/2010. Os textos de Katarina Pereira da Costa e Pedro da Motta Veiga; o relatório de Banco Mundial; a dissertação de mestrado de Villas-Boas e o livro de Vissentini, nos permitiram encontrar os dados da cooperação econômica entre o Brasil e o continente africano no período da nossa análise. Com relação às exportações brasileiras para o continente africano, se percebe que o Brasil seleciona os países nos quais tem maiores interesses, para fazer as suas exportações. Os principais produtos exportados são os produtos de bens de capital, máquinas e equipamentos, ônibus, caminhões e veículos comerciais leves, contando com as suas partes e peças e os produtos manufaturados de origem agropecuária (açúcar, carnes, cereais, gorduras e óleos animais e vegetais) que são vendidos no continente africano. No que refere às importações, percebemos também que a seleção para exportação acontece também no tocante às importações em algumas regiões do continente, o que significa que o Brasil seleciona os produtos para importar e os respectivos países que têm esses produtos. Entre os principais produtos, podemos destacar o petróleo, os adubos e fertilizantes e os minerais como carvão, ferro entre outros.

---

<sup>1</sup> NCM significa Nomenclatura Comum de Mercosul que são os códigos dos produtos que circulam no mercado sul-americano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação do Brasil com a África no período dos mandatos da Lula da Silva (2003-2010) voltou-se para o continente africano. O governo Lula fez um investimento em todos os campos da cooperação internacional, manteve diálogos com a Europa, os Estados Unidos, mas focou sua cooperação nos países denominados do Sul, da Ásia, da América Latina em especial e do continente africano.

No primeiro capítulo deste trabalho, abordamos a questão da metodologia e os principais conceitos que compõem o mesmo. Entre eles, destacamos o conceito de Cooperação Sul-Sul, como outra modalidade de cooperação internacional, o qual analisamos nessa pesquisa, trabalhamos também com os conceitos de Cooperação Técnica e Cooperação Solidária que fazem parte dos conceitos da Cooperação Sul-Sul, que segundo os autores estudados é uma outra forma de cooperação internacional diferente da Cooperação denominada de Norte-Sul, mais tradicional. Verificou-se que para alguns autores a Cooperação Sul-Sul difere da Norte-Sul por falta das condicionalidades, ou seja, não existem as condicionalidades políticas ou econômicas na Cooperação Sul-Sul, embora para outros autores, esse modelo de cooperação, apesar de diferente da Norte-Sul, apresenta dificuldades e contradições. Para esses autores, o conceito da Cooperação Sul-Sul é um simples modelo de cooperação diferente da Norte e Sul, mas que tem também contradições por ser um modelo no qual não há ainda uma metodologia consolidada, por isso cada agente coopera da sua forma para conseguir os seus objetivos e como se sabe, nas relações entre os estados, não pode existir a igualdade, porque o mais forte tende a controlar o mais fraco. (SANGREMAN, 2009)

No segundo capítulo, tratamos de analisar aquilo que denominamos de ‘interesses simbólicos’, que para nós são as ações imprimidas pelos governos de Lula da Silva no continente africano para conseguir realizar os seus objetivos. Entre os principais elementos simbólicos estudados, podemos destacar aqui as visitas presidenciais, a criação da UNILAB, os discursos de solidariedade e de ajuda, a criação das organizações regionais e internacionais, entre outros. Consideramos todas essas ações de interesses simbólicos porque carregam com elas os elementos simbólicos com suas forças de alienação e de dominação. (BOURDIER, 2012). Acontece que na relação de cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o continente africano, o Brasil entra como o país mais forte, o doador de cooperação técnica e os países africanos recebem esses conhecimentos. O

Brasil justifica essa cooperação com o discurso da solidariedade e ‘ajuda’ aos seus ‘irmãos’ africanos como o pagamento de uma ‘dívida histórica’ com o continente. Podemos destacar aqui a construção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esta Universidade foi fundada em 20 de julho de 2010, sancionada pela Lei nº 12.289, pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que a instituiu como uma Universidade Pública Federal e começou o seu trabalho em 2011. Segundo as diretrizes, a UNILAB, é baseada nos princípios da cooperação solidária do Brasil com os PALOPs, porém se sabe também que esta universidade foi criada no âmbito da expansão das universidades públicas federais no Brasil no governo Lula e que se aproveitou a inserção dos PALOPS nela como uma estratégia da política externa brasileira a fim de criar mecanismos de integração com os países africanos e fortalecer a sua cooperação com o continente africano. Esta universidade é portanto usada nos discursos políticos brasileiros como o símbolo maior para justificar as ações dessa ‘cooperação solidária’ do Brasil com os países africanos, em especial os PALOPs. Porém, ao longo do trabalho se percebe que o Brasil tem os seus objetivos políticos e econômicos na nova ordem econômica internacional, exemplo disso é a manutenção da hegemonia e o controle do Atlântico Sul, que banha majoritariamente os países africanos, além do desejo talvez maior de obter assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas e por isso precisa da cooperação com o continente africano no âmbito político e sobretudo no campo econômico, pois sabemos qual a importância que o Atlântico Sul tem para o desenvolvimento do Brasil.

No terceiro e último capítulo, analisamos os interesses econômicos que fazem parte dos pacotes de interesses simbólicos para Bourdieu (2012). Este capítulo está dividido em duas partes, na primeira parte, analisamos as exportações brasileiras para o continente africano no período de 2002/2010. Os textos de Katarina Pereira da Costa e Pedro da Motta Veiga; o relatório de Banco Mundial; a dissertação de mestrado de Villas-Boas e o livro de Visentini nos permitiram encontrar os dados da cooperação econômica entre o Brasil e o continente africano no período da nossa análise. Com relação às exportações brasileiras para o continente africano, se percebe que o Brasil seleciona os países para os quais tem maior interesse em fazer as suas exportações. Os principais produtos exportados são: os produtos de bens de capital, máquinas e equipamentos, ônibus, caminhões e veículos comerciais leves, contando com as suas partes e peças e os produtos manufaturados de origem agropecuária (açúcar, carnes, cereais, gorduras, óleos animais e vegetais) que são vendidos no continente africano. Na segunda parte deste

capítulo, examinamos igualmente as importações brasileiras do continente africano no mesmo período que analisamos as exportações (2002/2010). O que acontece com as exportações, percebemos que acontece também com as importações, o que significa que o Brasil seleciona as regiões e os produtos para importar, bem como os países que têm esses produtos. Entre os principais produtos, podemos destacar o petróleo, os adubos e fertilizantes e os minerais como carvão, ferro entre outros.

Conciliando todos esses relatos, podemos concluir que a cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África nos governos de Lula da Silva (2003-2010), nem é solidária nem é gratuita, mas sim é uma outra forma de cooperação, na qual o governo Lula estava engajado seriamente porque queria os benefícios para o Brasil. Esses interesses estão no campo político-estratégico e sobretudo no campo econômico do Brasil. E queremos com este trabalho sugerir que se o Brasil quiser ser uma potência, deve fazer uma cooperação de verdade com o continente africano, deve ser uma cooperação entre os países que sofreram a colonização e que devem procurar a verdadeira independência, no sentido de palavra, ou seja deve ser uma cooperação entre os países que devem trabalhar em conjunto para se desenvolverem e não aquela cooperação que passa simplesmente por resolver os problemas brasileiros, como se verificou na cooperação Norte-Sul e até certo ponto está acontecendo na Cooperação Sul-Sul. Estamos falando de uma cooperação que permitirá ao Brasil unir as suas forças com o continente africano e os outros parceiros, para assim tentar equilibrar a balança, porque se sabe que os países desenvolvidos nunca vão deixar os países ditos de ‘terceiro-mundo’ se desenvolverem e o que está em jogo aqui, não é que esses países devem nos deixar desenvolver, mas sim que nós devemos fazer os nossos caminhos para desenvolver as nossas sociedades e os nossos países, claro, sem deixar esses países de fora, porque ninguém consegue se desenvolver trabalhando sozinho, precisamos deles, sim, mas como parceiros e não mais como ‘salvadores’, assim como o Brasil e o continente africano em geral precisam uns aos outros, para desta maneira conseguir juntos atingir os seus objetivos. Na verdade, até o momento, o Brasil está apenas dominando os países africanos por causa dos seus interesses estratégicos, políticos e econômicos no continente.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África subsaariana: Parceria Sul-Sul para o crescimento.** Brasília. Banco Mundial. IPEA, 2011. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final-PORT.pdf>> Acessado em: 07/02/2015
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico: sobre o poder simbólico;** 16 ed. Rio de Janeiro. 2012.
- DIRETRIZES GERAIS DA UNILAB. Disponível em: <[http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes\\_Gerais\\_UNILAB.pdf](http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf)> Acessado no dia 12/08/2014
- EDMONSON, Locksley. **África e as regiões em via de desenvolvimento.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010, p. 1003-1051.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas S. A., 1996.
- ENCONTROS DE LUSOFONIA EM TORRES NOVAS, **Conceito de Lusofonia–CPLP.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=conceito+da+lusofonia+>>. Acessado no dia 20/11/2015
- GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 79-107.
- HELENO, Gorjão Bezerra. **A política externa do Governo Lula: A experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (Unilab).** Fortaleza:UECE,2014 –Dissertação de mestrado. Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio\\_Gurj%C3%A3o.pdf](http://www.uece.br/politicasece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio_Gurj%C3%A3o.pdf)>. Acessado no dia 23/03/2015.
- \_\_\_\_\_ & MARTINS, Mônica Dias. **Cooperação ou dominação? Política externa do governo Lula para com a África.** Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 10, N. 18, p. 125-143,2014.Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio\\_Gurj%C3%A3o.pdf](http://www.uece.br/politicasece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio_Gurj%C3%A3o.pdf)>, Acessado em: 28 fev. 2014.
- GOMES DA COSTA, Murilo.**Brasil e Zopacas: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul.** O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil. Porto Alegre/RS, Brasil. 21 a 23 de Maio de 2013. Disponível em: <[http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861\\_ARQUIVO\\_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI\\_final.pdf](http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861_ARQUIVO_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI_final.pdf)> Acessado em: 23/03/2015.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa; Estampa, 1977
- GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. **Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB)** Revista Lusófona de Educação, núm. 24, 2013, pp. 81-95Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/349/34929705005.pdf>>. Acessado em: 23/02/2015.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MALOMALO, Bas´Ilele. **A Integração BRASIL-ÁFRICA: Uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Speller.** 2014
- MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: Socialismo ou barbárie?** São paulo: Boitempo, 2012.
- PEREIRA DA COSTA, Katarina; VEIGA, Pedro da Motta. **O Brasil frente à emergência da África: comércio e política comercial.** Julho de 2011. Disponível

em: <[http://www.cindesbrasil.org/site/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=545&catid=7](http://www.cindesbrasil.org/site/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=545&catid=7)> Acessado em: 16/06/2014.

PNUD. **Desarrollo de Capacidades**: Texto Básico del PNUD. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/capacity-development/spanish/Capacity\\_Development\\_A\\_UNDP\\_Primer\\_Spanish.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/capacity-development/spanish/Capacity_Development_A_UNDP_Primer_Spanish.pdf)>. acessado no dia: 12/03/2015>, Acessado no dia 23/02/2015

PUENTE. Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento da Política Externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento- CTPD- no período 1995-2005, Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>> Acessado em: 23/03/2014.

RENZIO, Paolo. Et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul**: Como Responder aos Desafios Correntes. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/c/1619030609.pdf>> Acessado em: 24/04/2015.

SANGREMAN, Carlos. **A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa**, Lisboa, 2009. Disponível em: < [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/80.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/80.pdf)>. Acessado em: 23/04/2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belho Horizonte: FT, 2012.

SEIBERT, Gerhard. **Brazil in Africa**: Ambitions and Achievements of an Emerging Regional Power in the Political and Economic Sector. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Centro de Estudos Africanos (CEA). Disponível em: <<http://www.aegis-eu.org/archive/ecas4/ecas-4/panels/1-20/panel-8/Gerhard-Seibert-Full-paper.pdf>> Acessado em: 18/05/2014.

SOUSA GALITO, Maria (2012). **Conceito de Lusofonia**. CI-CPRI, AI, °16, pp. 1-21. Disponível em: <<http://www.ci-cpri.com/wp-content/uploads/2012/10/Conceito-Lusofonia1.pdf>> Acessado no dia 19/10/2015

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES – UNAC. **PRONUNCIAMENTO DA UNAC SOBRE O PROGRAMA PROSAVANA**. 11 out. 2012. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-oprograma-prosavana>> Acessado em: 18 jan. 2015.

ULLRICH, Regina Ullrich; MARTINS, Bibiana Volkmer; CARRION, Rosinha Machado. **A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma**. In: XXXVII Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2013/06%20-%20ESO/PDF%20ESO%20%20Tema%2011/2013\\_EnANPAD\\_ESO911.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2013/06%20-%20ESO/PDF%20ESO%20%20Tema%2011/2013_EnANPAD_ESO911.pdf)> Acessado em 15 jan. 2015.

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha Machado. **A Cooperação Brasileira na Área da Educação nos PALOPs no Período 2000-2012**: Principais Atores e Projetos, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104974/000932169.pdf?sequenc e=1>>, Acessado em: 25/03/2015.

VILLAS-BÔAS, Júlia Covre. **A presença de empresas brasileiras na África:** incentivos, atrativos e motivações. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16244/1/2014\\_JuliaCovreVilasBoas.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16244/1/2014_JuliaCovreVilasBoas.pdf)> Acessado em: 07/06/2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes:** nova partilha ou cooperação Sul-Sul? a presença da China, Brasil e China. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WLADIMIR, Valler Filho. **O Brasil e a crise haitiana:** a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4 Ed. Editora universidade de Brasília, Brasília. 2012.